

CAPITAL SOCIAL À BEIRA DA BAIÁ DE GUANABARA*

*José Augusto Drummond¹
Carlos Artur Felipe²*

Resumo

Este trabalho apóia-se na premissa de que os cidadãos usufruem de uma melhor qualidade de vida quando compartilham relações de reciprocidade, confiança e solidariedade e quando cada um assume a sua parcela de responsabilidade na gestão das questões públicas, construindo condições propícias à estruturação de redes institucionais geradoras de *recursos morais*, que se desdobram em inúmeros benefícios coletivos. Esses recursos morais constituem um estoque do chamado "capital social". O objetivo central desta investigação é refletir sobre a aplicação desse conceito como instrumento de análise, tendo por base um exercício empírico, talvez um dos primeiros a usar dados da realidade brasileira. Foram examinadas as práticas sociais de três diferentes comunidades no entorno da Baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro. Os principais achados da pesquisa são os seguintes: há distintos estágios de acumulação de capital social. Quando comparados com indicadores da qualidade de vida usufruída pelos moradores das respectivas comunidades, em busca de indícios de correlação entre as duas variáveis, verificou-se que essas evidências são passíveis de detecção, ainda que nem sempre de forma direta, sendo o fator tempo um importante vetor na compreensão dessa aparente dissociação. Conclui-se que o conceito de capital social é um valioso instrumento na interpretação da dinâmica social brasileira, e pode gerar diretrizes para alcançar maior eficácia no planejamento, aplicação e avaliação de programas sociais.

Palavras-chave: capital social, comunidades de baixa renda, qualidade de vida, Rio de Janeiro (Estado), Baía de Guanabara, cooperação social

* Este artigo está baseado na Dissertação *Capital Social ou Familismo Amoral? Um balanço de capital Social acumulado em comunidades da Baía de Guanabara*. Universidade Federal Fluminense, Curso de Ciência Política, 2002.

¹ Pesquisador Associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e Ph.D. em Recursos Naturais e Desenvolvimento pela University of Wisconsin, Madison (EUA).

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Abstract

This text is based on the assumption that citizens will achieve a better quality of life when they share relations of reciprocity, trust and solidarity with each other and when each one of them takes up a share of responsibility in the handling of public matters. This helps to assemble the institutional networks that generate *moral resources* that lead to many common benefits. These moral resources constitute the stock of the so-called "social capital". The goal of this investigation is to reflect about the applicability of this concept as an analytical tool, through an empirical exercise that may be one of the first ever performed with data from a Brazilian reality. Social practices of three distinct communities situated along the shores of Guanabara Bay, state of Rio de Janeiro, were examined. The major findings were as follows. There are distinct stages of Social Capital accumulation among the three communities. When comparing the respective stocks of Social Capital to the life quality indicators of each community, looking for evidences of a correlation between the two variables, such equivalence was detected. It was also found that this equivalence is not always absolute, once the factor time is an important vector in the understanding of such presumable dissociations. The conclusion is that the concept of social fund is a valuable instrument to figure out the dynamics of Brazilian social life and it may be used to generate guidelines for more effective planning, execution and evaluation of social programs.

Keywords: Social Capital, low-income communities, quality of life, Rio de Janeiro (State), Guanabara Bay, social cooperation

INTRODUÇÃO

Este artigo sintetiza e discute um exercício de aplicação empírica do conceito de capital social como instrumento de análise social, talvez um dos primeiros a ter como base dados da realidade brasileira. Foram examinadas, através de dados primários e secundários e utilizando-se técnicas quantitativas e qualitativas, as práticas sociais de três comunidades no entorno da Baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro: duas localizadas no município de Magé (Barão de Iripi e Mauá) e uma terceira Vila Nova de Itambi, localizada no município de Itaboraí.

Estudos tendo como foco o capital social têm-se multiplicado significativamente no Brasil, nos últimos anos. A idéia demonstra-se vigorosa não só para a análise da realidade social brasileira, mas também para projetos que pretendam ações de intervenção direta nesse cenário. Apoiando-se nessas referências, pode-se obter maior eficácia no planejamento, aplicação e avaliação de programas sociais. Ciente do baixo acúmulo de capital

social em uma dada comunidade, por exemplo, o gestor público pode previamente disponibilizar recursos de assessoria técnica, ou adotar estratégias específicas de comunicação, ou ainda buscar parcerias mais adequadas para o melhor aproveitamento de um determinado programa. Uma campanha de vacinação em uma comunidade com alto estoque de capital social pode projetar altas taxas de adesão espontânea por parte dos moradores, até porque os canais de comunicação internos geralmente atuam na mobilização dos mais renitentes. Numa situação inversa, em que as condições reais estejam aquém das ideais, a coordenação da campanha pode programar recursos humanos (voluntários, estagiários ou pessoal próprio) especialmente preparados para uma abordagem mais eficaz, ou usar diferentes estratégias de comunicação e tudo mais que esteja ao alcance, para que o recurso público disponibilizado não se desperdice.

Por um outro ângulo, como reagiriam os moradores das comunidades focalizadas, ao perceber que uma localidade vizinha atrai investimentos públicos, não por idiosincrasias políticas ou mera fatalidade do destino, mas porque se mostra coesa e ágil ao manifestar suas demandas e estruturada para tê-las atendidas? Com o estímulo a um maior protagonismo da sociedade civil não se pretende sugerir que esta substitua o Estado em suas funções precípuas. Ao contrário, a operacionalização do conceito "capital social" deve servir ao fortalecimento simultâneo da sociedade civil e de sua respectiva estrutura estatal, contribuindo para a radicalização de uma opção democrática e emancipatória.

1 IGUALITARISMO/REPUBLICANISMO *VERSUS* HIERARQUIZAÇÃO/LIBERALISMO

Que é muito fácil gerir os negócios num Estado em que as massas não sejam corruptas; e que, onde existe igualdade, é impossível estabelecer um principado, e onde ela não existe, é impossível estabelecer uma república.

Essa afirmação, título de um dos capítulos dos *Discursos*, de Maquiavel, é considerada pelo cientista político norte-americano Robert Putnam como "a férrea lei da comunidade cívica" (PUTNAM, 1996a, p. 143). A reflexão de Maquiavel sobre o êxito ou fracasso dos governos privilegia as características das massas governadas, as atitudes e caráter dos cidadãos (a célebre *virtù civile*) e através delas, o ambiente social em que ocorrem essas relações. Ele busca nesse cenário o diferencial entre o principado e a república, governos com instâncias decisórias verticais ou horizontais, e define esse diferencial como sendo a igualdade praticada entre os cidadãos. Relações igualitárias definem repúblicas, comunas e autonomia; relações hierárquicas, por sua vez, determinam principados, feudos e submissão.

Na cronologia da ciência política clássica, Maquiavel e os demais humanistas cívicos do século XVI, denominados "escola republicana", seriam considerados supera-

dos por Hobbes, Locke e sucessores liberais. Os republicanos enfatizaram a comunidade e as obrigações dos cidadãos, enquanto os liberais deram relevo ao individualismo e aos direitos individuais. Cidadãos virtuosos e plenos de espírito público passam a soar anacrônicos diante do realismo dos tempos modernos. Durante quase cinco décadas, a Guerra Fria fez com que as liberdades individuais fossem alçadas à condição de *bandeira ideológica* do mundo ocidental em oposição ao dirigismo estatal soviético, levando à impressão de que, no ocidente, a tensão entre comunitarismo *versus* individualismo estaria definitivamente decidida, a favor deste último. As reflexões sobre associativismo, participação, civismo e democracia popular passam a ser vistas como ultrapassadas; o liberalismo econômico se expande, lançando as bases de um domínio que viria a ser chamado de globalização, afirmando um estilo de vida orientado pelo consumismo insustentável e por atitudes individuais auto-centradas. Porém, coincidindo com a queda do regime soviético, este modelo começa a dar sinais de esgotamento, ficando evidente que não teria como ser compartilhado pela grande maioria das nações.

Uma grande onda revisionista volta a descobrir e celebrar o humanismo cívico, identificado em um percurso que vem desde os gregos e Maquiavel, passa pela Inglaterra do século XVII e pelos constituintes americanos, chegando até Tocqueville. (nesse grande arco, ver ALMOND, 1963; AXEROLD, 1984; BATES, 1996; BELLA, 1996; DIONNE JR., 1998; ETZIONI, 1995; HERZOG, 1986; HIRSCH, 1986; KRAMNICK, 1982; MARCH, 1989; NORTH, 1990; OSTROM, 1973; PUTNAM, 1993; VERBA, 1998 e WALZER, 1980). Ao invés da dicotomia comunitarismo *versus* individualismo que sustentou o embate ideológico durante a guerra fria, o comunitarismo que hoje se pleiteia não se opõe à expressão das individualidades, ao contrário a favorece, pois é no convívio social que as diferenças se reconhecem e se afirmam. A oposição se dá ao individualismo isolacionista, alienado do mundo social. O republicanismo cívico, nesse contexto, resgata:

- (a) a relevância da participação da cidadania nos negócios públicos;
- (b) a preponderância do interesse público sobre os interesses individuais e privados, submetendo-os ao contexto das necessidades gerais;
- (c) a igualdade política: direitos e deveres iguais e predominância das relações horizontais de reciprocidade e cooperação, sobre as relações verticais de autoridade e dependência;
- (d) a confiança mútua restringindo as atitudes oportunistas e o isolamento;
- (e) a explanação da divergência e dos conflitos em um ambiente de liberdade democrática;
- (f) O estímulo à articulação de uma rede de *associações secundárias*, ou *estruturas de mediação* (associações comerciais, artísticas, de vizinhança ou de lazer), que ao invés de substituir o Estado em suas funções precípuas, devem ter com ele uma relação de mútua sustentação.

2 ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Partimos do princípio, aparentemente óbvio, de que cidadãos usufruem de uma melhor qualidade de vida quando compartilham relações de reciprocidade, confiança e solidariedade e quando cada um assume a sua parcela de responsabilidade na gestão das questões públicas, construindo condições propícias à estruturação de redes institucionais que se desdobram em inúmeros benefícios coletivos. Cidadãos que estejam referidos a este campo de relações estão, ainda que muitas vezes inadvertidamente, constituindo um estoque do chamado *CAPITAL SOCIAL*, conceito difundido pelo cientista político norte-americano Robert Putnam (1996a), a partir da publicação de estudos sobre as correlações existentes entre os vínculos comunitários, a eficácia das instituições e a prosperidade coletiva. Putnam deriva o termo a partir de James Coleman (1990, p. 300 - 321 e 1998, S95-S120) e credita seu pioneiro uso efetivo a Jane Jacobs (1961, p. 138).

Na interpretação da dinâmica social brasileira, o conceito de capital social pode contribuir para a compreensão das especificidades nem sempre evidentes, aqueles aspectos em que uma dada comunidade sobressai-se com relação às demais. Sendo os recursos públicos tão escassos, como explicar a instalação de postos de saúde, escolas, programas de saneamento e outros benefícios em uma dada comunidade quando outras, de perfis aparentemente idênticos, não são atendidas? Por outro lado, o que determina que em alguns locais se estabeleçam com desenvoltura o banditismo, os grupos de extermínio e o tráfico de drogas, enquanto outras comunidades se mostram bem menos vulneráveis? Que variáveis podem estar determinando essas diferenças?

Teu milho está maduro hoje: o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (HUME *apud* PUTNAM, 1996a, p. 173)

Esta parábola, registrada no século XVIII pelo filósofo escocês David Hume, é usada por Robert Putnam para demarcar as diferenças entre comunidade cívica (ambiente social produtor de capital social) e familismo amoral (onde esse patrimônio não logra constituir-se). Putnam relata-nos a experiência de analisar o desempenho comparado dos governos regionais italianos, acompanhados por ele durante 25 anos, desde que passaram a assumir responsabilidades antes delegadas ao poder central, em um movimento de descentralização política iniciado na década de 70. A constatação de grandes disparidades no desempenho de governos regionais com poderes formalmente iguais, mas com contextos sociais diferentes, levou à investigação das relações entre desempenho institucional e contexto social. Regiões notoriamente carentes pareciam não se interessar

por programas do governo federal de instalação de creches a custo zero para o governo regional, sem que houvesse uma explicação lógica para tal indiferença. Uma análise mais detida do contexto social revelou que os impasses políticos imobilizavam as instâncias decisórias, ao mesmo tempo em que um corpo burocrático sem qualificação profissional, decorrente do jogo clientelista de distribuição do poder, complementava o quadro de anacronismo administrativo, responsável por essas e tantas outras perdas.

A princípio, parecia haver uma correlação direta entre desenvolvimento econômico e desempenho institucional: as regiões consideradas como tendo bom desempenho institucional se concentravam nitidamente ao norte (economicamente mais desenvolvido), enquanto o sul, inversamente, concentrava as suas regiões no grupo de pior desempenho. Porém, esta lógica não se reproduzia dentro de cada macro-região: tanto no norte quanto no sul, regiões com menor potencial econômico apresentavam melhor desempenho de suas instituições públicas, se comparadas com outras regiões próximas, mais ricas. A riqueza e o desenvolvimento econômico não pareciam poder explicar tudo.

Como explicar, então? Para Putnam, a resposta está em um outro fator, que recebeu o nome de comunidade cívica: cidadãos atentos aos negócios públicos, circunscrevendo os seus interesses pessoais no contexto das necessidades públicas gerais, em situação de igualdade política, com relações horizontais de reciprocidade, cooperação e confiança, solidários entre si e tolerantes com as suas diferenças. O inverso também ocorre naquilo que Edward Banfield viria a denominar familismo amoral: caos e inércia institucional em cenário diametralmente oposto ao anterior, onde desconfiança e oportunismo parecem ser as atitudes mais adequadas, imobilizando-se todos ante os dilemas da ação coletiva. *The Moral Basis of a Backward Society* (BANFIELD, 1958) descreve o estudo realizado em 1955, em uma pequena cidade do sul da Itália (ficticiamente chamada *Montegrano*). Familismo amoral foi o termo utilizado por Banfield para a incapacidade demonstrada pelos habitantes de atuarem conjuntamente, de transcendere o imediato interesse da família nuclear, cada qual supondo que todos agiriam da mesma forma. Este ambiente, fruto da desconfiança mútua, do generalizado descompromisso com o interesse coletivo e com regras básicas de reciprocidade, foi caracterizado como contraponto à comunidade cívica. Pode nos ser familiar a descrição de um cenário social de boicote a atitudes visando o interesse comum, situação presente também em várias localidades pelo Brasil. Tais aspectos podem ser percebidos em todas as sociedades, mas a diferença reside entre aquelas que exibem apenas alguns desses elementos e outras onde o individualismo determina um ambiente social em que qualquer manifestação de espírito público passa a soar exótica, ou ininteligível. Em Montegrano havia tal clima de desconfiança que amizades eram evitadas para não gerar compromissos, e qualquer proposta de interesse coletivo sofria a acusação de ter algum interesse pessoal dissimulado. A grande maioria dos entrevistados não conseguia citar qualquer concidadão como exemplo de espírito público, e para alguns essa idéia não fazia sequer sentido.

Fukuyama (1996, p. 27) diz que pessoas que não compartilham confiança acabarão cooperando sob um sistema de regras formais e regulamentações que têm que ser negociadas, acordadas, contestadas e impostas, algumas vezes por coerção. Este aparato legal, servindo como um substituto para a confiança, agrava o que os economistas chamam de “custos de transação”. Ou seja, sociedades com baixos estoques de confiança mútua pagam um preço por isso, do qual as demais estão livres. Mas como se estruturam as instituições formais que superam os dilemas da ação coletiva, e como percebê-las?

A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob as formas de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica... (PUTNAM, 1996.a, p.177)

O contexto social mais amplo a que Putnam se refere são as sutis tessituras que as relações sociais entrelaçam ao longo do tempo. O acúmulo dessas relações pode levar ao que Fukuyama (1996, p. 46) chamou de “virtudes sociais”: honestidade, confiabilidade, cooperação e senso de dever para com os demais são, por natureza, sociais e, portanto, construídas historicamente. É fundamental reter essa perspectiva temporal — e a idéia de *herança social* de Putnam, pois é na história que as comunidades constroem as suas opções entre dois equilíbrios gerais, que tendem a se estabilizar em círculos virtuosos ou viciosos, caracterizando uma dada sociedade: o círculo virtuoso “recíproca ajuda” *versus* o círculo vicioso “jamais cooperar”.

Fukuyama (1996, p. 28) aponta que assim como uma sociedade pode acumular capital social por muito tempo, pode perdê-lo. A propósito, Putnam (1995, 1996b) vem, já há alguns anos, realizando pesquisas e utilizando os recursos de mídia para denunciar o declínio do capital social norte-americano. Em um polêmico artigo, *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*, ele se utiliza da prática de boliche, um arraigado hábito norte-americano, como ícone dessa tendência. O dado mais explorado por Putnam foi que entre 1980 e 1993 a prática do boliche aumentou em 10%, enquanto as Ligas de Boliche sofriam uma redução de 40% de seus membros. Isto seria um indicador de um esgarçamento dos vínculos que aproximam as pessoas, até mesmo para compartilhar momentos de lazer. O alerta de Putnam teve grande repercussão, ganhando as capas das revistas semanais e principais páginas dos jornais de maior circulação nos Estados Unidos, causando grande controvérsia, especialmente quanto aos procedimentos metodológicos e as correlações deduzidas. Polêmicas à parte, o que não podemos deixar de observar é que mesmo sociedades com sólidos estoques de capital social podem vir a perdê-los, em decorrência do mesmo processo histórico que, em outros momentos, contribui para a sua acumulação.

Podemos então, partir para uma conceituação mais formal de capital social.

Segundo Putnam, capital social é o produto acumulado de relações construídas historicamente, fruto da vida cívica, ao mesmo tempo em que serve de alavanca para a sua permanente renovação. Ou, para usar uma outra definição do mesmo autor:

Por analogia com noções de capital físico e capital humano – ferramentas e treinamentos que ampliam a produtividade individual – “capital social” refere-se a características de organização social, tais como redes de relacionamentos, normas e confiança, que facilitam a coordenação e cooperação para mútuos benefícios. (PUTNAM, 1993, p. 35)

O interesse individual tende a se conciliar com a solidariedade social, em um altruísmo de curto prazo que responde ao interesse próprio a longo prazo, orientando os seus cidadãos por regras de reciprocidade na maioria das vezes não-escritas ou não-formalizadas, mas que pulsam com muita vitalidade na rotina social. (sobre regras de reciprocidade, ver GRANOVETTER, 1985, e De VRIES, 1968). Outro componente fundamental está nos sistemas de participação, corporificados nos clubes de futebol, nas associações comunitárias e nos grupos orfeônicos italianos, que, nesse sentido, são análogos às nossas escolas de samba. Como negar os benefícios sociais gerados pela Estação Primeira de Mangueira à comunidade moradora no morro de mesmo nome? (ver COSTA, M., 2002). Podemos então afirmar que o capital social é produtivo e cumulativo. Produtivo porque alcança objetivos que seriam impossíveis sem a sua existência, e cumulativo por ter o perfil do que Albert Hirschman (1984, p. 93) definiu como *recursos morais*, “cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir e que se esgotam se não forem utilizados”. Sendo produtivo e cumulativo, o capital social muitas vezes substitui o capital físico, na forma de ajuda mútua (exemplificada no sistema de rodízio entre vizinhos que dividem a tarefa de levar as crianças à escola), ou no empréstimo de equipamentos, tão comum na zona rural e em colônias de pescadores. Outra circunstância em que se evidenciam as correlações entre capital social e físico é no uso da credibilidade social como garantia comercial. Não por acaso, os bancos e lojas nos pedem referências pessoais e institucionais ao abrirem uma conta corrente ou venderem a prazo.

Os sistemas de participação cívica (associações comunitárias, clubes desportivos, cooperativas, escolas de samba e outros grupos artísticos) contribuem para uma intensa interação pessoal “horizontal”, congregando agentes com o mesmo *status* e praticamente o mesmo poder. Essa interação pessoal é uma fonte geradora de confiança, apoiando-se em regras de reciprocidade que facilitam a solução dos dilemas da ação coletiva. Imperceptivelmente, e mesmo inadvertidamente, esses movimentos são uma forma essencial de capital social e outros recursos morais, especialmente quando:

- (a) Promovem e sustentam as regras de reciprocidade, formais e informais;
- (b) Aumentam os custos potenciais para a transgressão e o oportunismo, contribuindo para a disseminação de um sentimento de confiança generalizado;

(c) Facilitam a comunicação e contribuem para o fluxo de informações, indispensáveis para reforçar o sentimento de vínculo e demais recursos morais;

(d) Registram e destacam êxitos atuais e anteriores, sendo depositários da memória local e incrementando a auto-estima;

(e) Constituem um repertório histórico de formas de colaboração que, ao se mostrarem eficazes no passado, podem se mostrar recursos úteis na superação dos novos problemas da ação coletiva.

(f) Qualificam e radicalizam um sistema de organização social fundamentado na democracia participativa.

O mundo contemporâneo globalizado tem servido como pano de fundo para as críticas desferidas por Adam Seligman às proposições de Putnam. Em *The Problem of Trust*, Seligman (1997, p. 75–100) defende que o mundo atual exige relações de confiança impessoais que praticamente dispensam contatos face a face e comunicação de viva voz. Assim, os sentimentos de vinculação, solidariedade e reciprocidade, componentes do capital social, passam a ser considerados anacrônicos, por pressupor relações diretas em pequenas comunidades. Putnam usa os próprios resultados de sua pesquisa para refutar a associação entre comunidade cívica e anacronismo:

O pensamento social contemporâneo tomou emprestada ao sociólogo alemão Ferdinand Tönnies a distinção entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* – uma comunidade tradicional, diminuta, intimista, baseada num senso universal de solidariedade, e uma sociedade moderna, racionalista, impessoal, baseada no egoísmo. Tal perspectiva conduz imediatamente à idéia de que a modernidade é inimiga da civilidade. Nossos estudos mostram o contrário. As áreas menos cívicas da Itália são precisamente as tradicionais aldeias sulistas. Não se deve idealizar o *ethos* cívico das comunidades tradicionais. (...) Por outro lado, a Emilia-Romagna, a região mais cívica de todas, é uma das sociedades mais modernas, dinâmicas, abastadas e tecnologicamente desenvolvidas da face da terra. E no entanto abriga uma extraordinária concentração de redes de solidariedade social e uma população dotada de um espírito público extraordinariamente desenvolvido – um verdadeiro complexo de comunidades cívicas. (...) As regiões mais cívicas da Itália – as comunidades onde os cidadãos se sentem aptos a participar da deliberação coletiva sobre as opções públicas e onde essas opções melhor se traduzem em políticas públicas efetivas – abrigam algumas das cidades mais modernas da península. A modernização não indica necessariamente o ocaso da comunidade cívica (PUTNAM, 1996a, p. 127-28).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COMO MENSURAR A VIDA CÍVICA E A QUALIDADE DE VIDA EM UMA COMUNIDADE?

Como ter certeza de que certas comunidades são *sistematicamente* mais “cívicas” do que outras? Que critérios devem nortear uma avaliação rigorosa, imparcial e convincente? Precisamos para isso definir alguns marcos metodológicos da pesquisa, refletindo sobre o objeto desta investigação - os mecanismos de organização social dessas comunidades (as suas regras de reciprocidade, os seus sistemas de participação, a vinculação das populações com os seus locais de moradia, a agilidade de suas instituições e o patrimônio acumulado em cada comunidade), tendo como pano de fundo a sua qualidade de vida. Uma avaliação de tais ações deve ser criteriosa e convincente. Para tanto, deve responder a quatro requisitos básicos:

1. Abrangência (validade aparente): As regras de reciprocidade, assim como os sistemas de participação, podem se manifestar de formas variadas. Às vezes obedecem um figurino tradicional, em outras lançam soluções inovadoras. Um exame abrangente considera todos esses campos.

2. Coerência Interna (validade interna): Diante de tal pluralidade, algumas comunidades se destacarão em determinados aspectos, outras nos demais. Os indicadores devem ser definidos tendo em vista tal realidade, para que avaliem todos os aspectos aproximadamente do mesmo modo.

3. Confiabilidade (precisão comprovada): Mesmo considerando que ocorram variações circunstanciais, os resultados obtidos devem demonstrar relativa estabilidade. Caso ocorra o inverso, com sucessivas oscilações bruscas, os critérios eleitos devem ser revistos.

4. Correspondência com a opinião local (validade externa): Não impor padrões estranhos à realidade local. Os indicadores “objetivos” devem ser submetidos à opinião subjetiva da população.

Nenhum indicador reflete isoladamente as disparidades existentes – vamos considerar o resultado composto, mesmo assim sem a pretensão da precisão absoluta. A investigação focaliza três aspectos das comunidades avaliadas:

a) Vinculação – Deve buscar aquilatar o grau de vinculação da população local com a comunidade em que vive, através do tempo de moradia, do grau de informação e comprometimento que demonstre com relação às questões comunitárias.

b) Agilidade - Desempenho das comunidades na identificação das necessidades sociais e proposição de soluções, seja através de suas instituições representativas, como associação de moradores, de lideranças ou mesmo através da formação espontânea de grupos que atuem em situações específicas.

c) Patrimônio - Inventário dos equipamentos públicos instalados e da prestação de serviços. Refere-se ao uso dos recursos públicos disponíveis para responder às necessidades da população, como implantação de creches e unidades de saúde.

4 METODOLOGIA

A oportunidade de aplicação prática desses conceitos surgiu através do programa de mobilização comunitária desenvolvido desde o início de 2001 pela organização não governamental Associação Projeto Roda Viva, voltado para localidades situadas no entorno da Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de preservar e revitalizar os manguezais remanescentes na área. Em março de 2001 foi feita a escolha das três comunidades-alvo que iniciariam o programa de mobilização comunitária, obedecendo aos seguintes critérios:

(a) localizar-se na área de influência da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, maior extensão de manguezais da Baía;

(b) conter população cuja sobrevivência atual e futura esteja vinculada à preservação deste ecossistema, em especial pescadores ou catadores de caranguejos;

(c) ter uma parcela de sua população em situação de fragilidade social: baixa renda e condições precárias de moradia.

As comunidades escolhidas foram Itambi (distrito de Itaboraí), Maúa e Barão de Iriri (distritos de Magé), cujas características, singularidades e similitudes comentaremos adiante. O objetivo principal foi contribuir para uma melhor organização societária ou, para usarmos nossos termos, catalisar o processo de acumulação de capital social. Foram realizadas reuniões semanais com grupos fixos de pelo menos 10 moradores voluntários em cada comunidade, visando especificamente o estímulo à integração coletiva e à construção de noções sobre meio ambiente e ecossistemas da Baía de Guanabara. Uma das metas realizadas foi o levantamento do perfil sócio-econômico-ambiental das comunidades envolvidas, tendo sido aplicado um questionário que serviu de base para as análises quantitativas expostas adiante, que proporcionaram um olhar comparativo entre as comunidades e um processo analítico mais sistematizado. Delimitou-se a área de abrangência da pesquisa de acordo com o que os moradores consideraram a sua área de atuação como mobilizadores comunitários. Um total de 1206 residências foram visitadas em caráter censitário, sendo realizada uma entrevista com um morador adulto em cada residência, e registrados um total de 4171 moradores nas áreas pesquisadas, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 01 - Número de entrevistas realizadas e moradores registrados, por comunidade, - Itambi, Mauá e Barão de Iriri - 2002.

	Entrevistas realizadas (residências)		Moradores registrados	
	Base	%	Base	%
Itambi	371	30.8	1266	30,3
Barão de Iriri	236	19.5	796	19,1
Mauá	599	49.7	2109	50,6
Total	1206	100.0	4171	100,0

O total de entrevistas das tabelas que se seguirão não é o mesmo número das entrevistas relatadas na tabela 1. Isso se deve às informações perdidas, em geral por esquecimento no preenchimento dos questionários; os totais variarão na mesma proporção desses lapsos. Algumas tabelas (como o grau de informação local) dizem respeito à opinião pessoal dos 1206 entrevistados, ou às suas realidades familiares, e portanto o total de respostas gira em torno desse número; outras tabelas relacionam dados referentes aos 4171 moradores registrados, como idade ou escolaridade, e terão totais próximos a este outro universo. Quando os totais não servirem ao efeito comparativo, não serão informados. As entrevistas buscaram cobrir todas as residências localizadas na área anteriormente definida pelos moradores como sendo o seu campo de atuação. Obviamente, o número de entrevistas não corresponde ao total de residências, pois algumas encontravam-se fechadas no momento da passagem das pesquisadoras. Foram feitas, em média, mais duas tentativas de abordagem nesses casos, o que atenuou essa exclusão.

As análises estatísticas utilizaram o programa de informática conhecido como S.P.S.S. (*Statistical Package for the Social Sciences*). Para a digitação e o processamento dos dados foi contratada pela Associação Projeto Roda Viva, sob a nossa supervisão, a empresa DataUff, vinculada à Universidade Federal Fluminense. Foi construído um banco de dados que tem como fonte de informação o questionário já comentado, que será mais detalhado adiante. Nas três comunidades, o questionário foi aplicado por uma mesma equipe de quatro moradoras de Mauá, atuantes como agentes locais no Programa de Saúde da Família da Prefeitura de Magé, com experiência nesse tipo de função. Foi feito um treinamento específico para a aplicação deste questionário e um monitoramento regular do processo, permanentemente acompanhado por moradores locais. Em Mauá, o período de aplicação do questionário foi de 04 a 20 de dezembro de 2001; em Itambi, de 03 a 13 de janeiro de 2002 e em Barão de Iriri, de 15 a 25 de janeiro de 2002.

4.1 Avaliando a comunidade cívica: indicadores de comunidade cívica

a. Vibração da vida associativa

Refere-se ao número e à rotina de entidades associativas de cunho cultural ou recreativo como clubes desportivos, centros comunitários, associações de moradores,

escolas de samba, grupos religiosos etc. Outra boa indicação da vibração associativa são os mutirões de moradores, seja para obras ou para organização das festas juninas e demais festas de rua. A questão 16 do questionário aplicado na pesquisa (reproduzida abaixo) pode ser um bom instrumento de verificação disto, ao investigar em um de seus tópicos a frequência com que os moradores entrevistados se envolvem em mutirões na vizinhança. Os demais tópicos dessa questão dão informações relevantes acerca de eventuais favores trocados entre vizinhos e a frequência com que ocorrem, o que pode indicar a existência de redes de reciprocidade e confiança entre eles.

16 Vamos listar agora alguns favores que costumam ser trocados por vizinhos; diga por favor se eles acontecem entre o Sr.(a) e seus vizinhos, e com que frequência:

Exemplo de Favores/ Frequência	Sempre	Às vezes	Nunca	Não sabe/N.R.
16.1. Empréstimo/doação de mantimentos ou dinheiro	(1)	(2)	(3)	(9) N.S./N.R.
16.2. Tomar conta de crianças ou idosos	(1)	(2)	(3)	(9) N.S./N.R.
16.3. Ajuda em problemas de saúde	(1)	(2)	(3)	(9) N.S./N.R.
16.4. Vigilância / guardar objetos de responsabilidade	(1)	(2)	(3)	(9) N.S./N.R.
16.5. Mutirões de trabalho (obras, festas, etc)	(1)	(2)	(3)	(9) N.S./N.R.
16.6. Compras compartilhadas	(1)	(2)	(3)	(9) N.S./N.R.
16.7. Outros: _____	(1)	(2)	-----	(9) N.S./N.R.

As questões 17 e 18 do mesmo questionário (também reproduzidas abaixo) referem-se mais à participação dos entrevistados nas organizações comunitárias, delineando onde este envolvimento estaria mais concentrado ou rarefeito, e mesmo as razões daqueles que não participam de nenhuma delas. A questão 19 também pode oferecer alguns indícios sobre a vibração da vida associativa, ao revelar como é despendido o tempo livre dos entrevistados.

17. O Sr.(a) participa de algumas das seguintes organizações ou instituições (pode ser marcada mais de uma opção nesta questão)

- | | | |
|------------------------|--|------------------------|
| (1) Ass. de Moradores | (2) Clubes Esportivos | (3) Sindicatos |
| (4) Grupos Musicais | (5) Partido Político | (6) Grupos de 3ª idade |
| (7) Grupos de Caridade | (8) Associação de Pais e Mestres/ Clube Mães/ Grêmios Estudantis | |
| (9) Grupos Religiosos | (10) Outras _____ | [_____] |

18. Algumas frases abaixo podem ser razões para o Sr.(a) não participar em atividades para a melhoria da comunidade. Diga se concorda ou discorda delas:

EU NÃO PARTICIPO PORQUE:	Concordo	Discordo	Nem
			concordo, Nem discordo
a. Minha presença não faria muita diferença	(1)	(2)	(3)
b. Acho monótono e aborrecido	(1)	(2)	(3)
c. Devo cuidar de mim e minha família, antes do resto	(1)	(2)	(3)
d. Tenho muitos problemas, não sobra tempo para isto	(1)	(2)	(3)
e. Cabe aos líderes ou políticos resolver os problemas	(1)	(2)	(3)
f. Não fui convidado, mas poderia participar	(1)	(2)	(3)

19. Em quais das seguintes atividades o Sr.(as) costuma normalmente usar seu tempo livre? (pode ser marcada mais de uma opção nesta questão)

(1) Esportes	(2) Leitura	(3) Cuidados com a casa
(4) Conversa com alguém	(5) Passeio	(6) Descanso (Dormir)
(7) Música	(8) Televisão	(9) Outros _____

b. Comunicação (informação comunitária/ jornais/ rádio)

Limitações várias restringiram as investigações nesse campo à existência ou não de boletins comunitários impressos, rádios comunitárias ou outras estratégias de comunicação local. Além disso, cada morador entrevistado realizou, na questão reproduzida abaixo uma auto-avaliação quanto ao grau de informação que tem dos assuntos comunitários.

15. Com relação ao que acontece em sua comunidade, o Sr.(s) se considera...
(1) Bem Informado (2) Mais ou Menos Informado (3) Mal Informado (9) N.S./N.R.

c. Habilidades cívicas

Este conceito, trabalhado em *Voice and Equality – Civic Voluntarism in American Politics* (VERBA, 1998), refere-se ao conjunto de habilidades necessárias à convivência comunitária: escolaridade, participação em tomada de decisões, falar em público, encaminhamento de demandas ou organização de eventos. A pesquisa traz informações acerca do grau de escolaridade do conjunto de moradores de cada comunidade. Outro indicador pode ser a reação de cada grupo aos eventos promovidos durante o trabalho de campo.

d. Vínculo

As questões 9, 12, 13 e 14, reproduzidas abaixo, buscam caracterizar o grau de vinculação de cada entrevistado com o local onde vive. Outro indicador de vínculo é a questão 15, relativa à avaliação feita pelo entrevistado sobre a informação que detém sobre os acontecimentos locais. Uma parcela dos entrevistados, menos envolvidos com as questões comunitárias, demonstrou certo orgulho em admitir seu alheamento, como se isso lhes conferisse um *status* superior.

9. O Sr.(a) participaria de um programa para melhorar a situação do lixo na comunidade?

(1) Sim (2) Não (3) Talvez (9) Não Sabe/Não Respondeu

12. Há quanto tempo o Sr.(s) vive nesta comunidade?

(1) 0-2 anos (2) 3-5 anos (3) 6-10 anos (4) Mais de 10 anos (9) Não Sabe /Não Respondeu

13. Na sua opinião, morar aqui é...

(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (5) Péssimo (9) N.S./N.R.

14. Daqui para diante, morar aqui deve ficar cada vez...

(1) Melhor (2) Nem melhor, nem pior (3) Pior (9) NS/NR

e. Agilidade

Este indicador refere-se ao desempenho dos moradores em identificar as necessidades sociais e propor soluções, através de instituições representativas, como associação de moradores, de lideranças ou até através da formação espontânea de grupos que atuem em situações específicas. A questão 22 (reproduzida abaixo), única com resposta em aberto, diz muito a respeito da identificação de demandas, ao perguntar sobre o maior problema da comunidade. Quanto à proposição de soluções e auto-organização, os dados provêm da observação em campo.

22. Na sua opinião, o maior problema dessa comunidade é _____

f. Participação eleitoral local

Existência ou não das respectivas associações de moradores, os seus projetos, produtos e rotinas.

4.2 Avaliando a comunidade cívica: indicadores de qualidade de vida

Foram correlacionados os índices de comunidade cívica com outros, expressando o conceito de *qualidade de vida*. Para tanto, temos como principal referência teórica o livro *A Qualidade de Vida no Estado do Rio de Janeiro*, de Alberto Carlos ALMEIDA (1997). Nele, o autor avalia e compara as condições de vida das populações dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Ele conceitua qualidade de vida como “as condições necessárias, mas não suficientes, para que as pessoas ou indivíduos busquem realizar seus planos de vida e objetivos” (ALMEIDA, 1997, p. 15). Com o objetivo de nos aproximarmos dessa concepção, utilizamos os seguintes indicadores:

a. Patrimônio público

Inventário dos equipamentos públicos existentes, seu grau de conservação e utilização (creches, escolas, praças, postos de saúde, etc.)

b. Serviços públicos

Na questão 20, reproduzida abaixo, os entrevistados avaliam, com notas de 1 a 10, os serviços públicos prestados à comunidade. O número zero refere-se à ausência do serviço na localidade em questão, ou à falta de conhecimento de sua existência pelo entrevistado. A opção 99 (não sabe/não respondeu) corresponde aos casos em que o morador não se considera em condições de avaliar um determinado serviço; quem não tem filhos em idade escolar, tem poucos elementos para avaliar a escola pública, por exemplo.

20. Avalie, por favor, com uma nota de 1 a 10, como funcionam na comunidade...

	Nota	Não existe	Não Sabe./Não Respondeu
20.1. A Eletricidade na sua casa		(0)	(99)
20.2. O Fornecimento de Água		(0)	(99)
20.3. A Escola Pública		(0)	(99)
20.4. O Posto de Saúde		(0)	(99)
20.5. A Coleta de Lixo		(0)	(99)
20.6. O Policiamento		(0)	(99)
20.7. Os Bombeiros		(0)	(99)
20.8. A Iluminação das ruas		(0)	(99)
20.9. A Dragagem dos Rios		(0)	(99)
20.10. O Reflorestamento/ Replanteio de Mangue		(0)	(99)

c. Renda familiar

Comparação das médias de renda familiar, em salários mínimos (questão 11, abaixo).

11. A soma da renda mensal de todos os moradores de sua casa, em média é de...

- (1) Até ½ Salário Min. (R\$ 90,00) (2) ½ a 1 Sal Min. (R\$ 91,00 a 180,00)
 (3) 1 a 2 Sal Min (R\$ 181,00 a 360,00) (4) 2 a 4 Sal. Min. (R\$ 361,00 a 720,00)
 (5) 4 a 10 Sal. Min. (R\$ 721,00 a 1.800,00) (6) Acima de 10 Sal. Min. (+ R\$ 1.800,00)
 (9) N.S./N.R

d. Emprego

Averiguação quanto às condições de emprego: regular, temporário, autônomo, aposentado ou desempregado (questão 1 – Situação Atual de Trabalho, reproduzida abaixo). Uma atenção especial foi dada ao percentual dos pescadores e catadores de caranguejo habilitados a receberem o *defeso* (ajuda de custo dada pelo governo, sob algumas condições, no período em que as fêmeas de determinadas espécies estão procriando).

· Situação atual de trabalho:

- (1) Pescador ou catador de caatanguejos com direito ao defeso
 (2) Pescador ou catador de caatanguejos sem direito ao defeso
 (3) Empredo regular
 (4) Emprego temporário
 (5) Desempregado
 (6) Autônomo
 (7) Dona de casa
 (8) Estudante
 (9) Aposentado/Pensionista (10) Outros _____

e. Escolaridade

Este item, já exposto como componente do indicador Habilidades Cívicas, volta a ser considerado aqui como relevante também para a qualidade de vida. É inegável que a escolaridade está diretamente vinculada à renda e, conseqüentemente, à qualidade de vida. Além disso, uma maior escolaridade dá ao conjunto de moradores uma condição menos vulnerável, ao facilitar o acesso à informação e a comunicação entre si, com os órgãos públicos e demais instituições que atuem na área.

f. Moradia

Refere-se às condições de moradia: tipo de abastecimento, tratamento de água e esgotamento sanitário; existência de banheiro; conexão à rede de energia elétrica; destinação do lixo e fatores que poderiam afetar a situação de saúde dos moradores.

Questões 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, reproduzidas a seguir.

3. Sua casa tem luz?

(1) Sim (2) Não

4. A água de sua casa vem...

(1) Da Ceda (2) Poço Particular (3) Poço Coletivo (4) Chuva (5) De carros-pipa (6) Outros

5. A água que o Sr.(s) bebe em casa recebe algum tratamento adicional?

(1) Filtragem (2) Fervura (3) Cloração (4) Nenhum Tratamento (5) Água mineral (6) NS/NR

6. O esgotao de sua casa vai para...

(1) A rede pública (2) Uma fossa séptica (3) Um sumidouro (4) O solo (9) NS/NR

7. O banheiro de sua casa é...

(1) Próprio (2) Coletivo (3) A casa não tem banheiro (9) NS/NR

8. O lixo de sua casa é...

(1) Recolhido pela coleta pública (2) Depositado em caçamba (3) Depositado em terreno baldio (4) Queimado (5) Enterrado (6) Separado para a coleta seletiva (7) Outros _____

10. Sua casa tem alguns dos seguintes fatores?

(1) Muita Poeira (2) Umidade/Mofo (3) Muito Calor (4) Muito Ruído (5) Muitos Mosquitos (6) Ratos (7) Outros _____

g. Taxa de casos de doenças infecciosas e parasitárias

A incidência dessas doenças está relacionada às condições de acesso e tratamento de água e à informação sobre como evitá-las (questão 21, reproduzida abaixo).

21. Nos últimos 12 meses, alguém em sua casa teve alguns dos seguintes sintomas ou doenças?

(1) Diarréia (2) Dor de barriga/estômago (3) Verminose (4) Hepatite (5) Leptospirose

5 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUISADAS

Uma caracterização mínima das comunidades de Mauá, Barão de Iriri e Itambi, em seu aspecto geográfico, deve abranger pelo menos quatro recortes:

(a) o entorno da Baía de Guanabara, comum a todas, ainda que Itambi não esteja localizada perante o espelho d'água, como é o caso de Mauá e Barão de Iriri;

(b) a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, mesmo que Mauá não esteja dentro dos limites oficiais, mas apenas na região considerada vagamente como a sua *área de influência*;

(c) as realidade municipais, que Mauá e Barão de Iriri por exemplo compartilham, mas com inserções bastante distintas;

(d) os limites comunitários, estabelecidos pelos moradores participantes do projeto de mobilização comunitária. A definição desses limites serviu como referência para a demarcação do universo da pesquisa sobre o perfil socio-econômico dessas comunidades.

5.1 Um vôo panorâmico sobre a Baía de Guanabara

O passageiro de um avião entrando na Baía de Guanabara no sentido Sul – Norte veria a imponência dos morros da Urca e Pão de Açúcar, a elegância do Aterro de Flamengo, o centro da cidade do Rio de Janeiro e, a partir da Ilha do Governador, iria perceber um impressionante "tapete" de casas baixas, indústrias e largas avenidas abarrotadas de ônibus e carros. Ele se "estende" ininterrupto pela Baixada Fluminense, geralmente um tanto encoberto por uma renitente fumaça. Logo após a Refinaria Duque de Caxias, facilmente identificável pelas labaredas causadas pelos efluentes gasosos, o nosso passageiro perceberia a bifurcação da Rodovia Washington Luiz, subindo a serra em direção à Petrópolis ou contornando a Baía de Guanabara no sentido de Teresópolis, pela BR – 116. Apenas a partir daí, quase 50 quilômetros após a entrada da Baía, as construções começam a ficar rarefeitas, mas ainda com alguns núcleos como Imbariê ou Piabetá.

Seguindo o chamado "fundo da Baía", no sentido leste, o "tapete" agora é verde: alguns trechos de orla e o traçado de poucos rios chegam a coincidir com a realidade original da época colonial – praticamente todo o trajeto observado até aqui é uma sucessão de grandes aterros e rios retificados, obras em sua maioria executadas pelo poder público a partir da 2ª metade do século XX. Alguns rios dessa região tiveram preservada a sinuosidade característica dos cursos d'água que descem as serras, escapando ao triste destino da maioria dos rios que compunham a bacia da Baía de Guanabara, retificados ou extintos por um conceito de saneamento que preconizava a eliminação dos manguezais, brejos, alagados, pântanos e várzeas pela drenagem das terras. Tal conceito, que surpreendentemente subsiste na fala de alguns moradores, assoreou a baía e seus rios, transformados em valões repletos de lixo e esgoto, elementos onipresentes no cenário metro-

politano, em especial, mas não exclusivamente, nas áreas de baixa renda. Passaram a ser vistos como componentes naturais da paisagem no centro da cidade do Rio de Janeiro, nas favelas que acompanham o traçado da Avenida Brasil, em toda a Baixada Fluminense e, no lado oriental, nas cidades de São Gonçalo e Niterói. A área preservada dessas e outras agressões, ainda que carregue cicatrizes e arranhões, possivelmente faria o nosso passageiro se debruçar na janela do avião: a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, formada por partes dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo.

Este espelho d'água, de 20 a 30% menor do que era em 1500, em função dos aterros, sofre a pressão da maior concentração urbana e populacional costeira do Brasil, com mais de 8 milhões de habitantes na Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, gerando todos os dias mais de 400 toneladas de esgoto sem tratamento e 10.000 toneladas de lixo. Dessa população, 1/3 reside em favelas, e mais 1/3 em precárias condições de urbanização e saneamento (CIMA, 2001). A região abriga o segundo maior parque industrial do país, com pelo menos 14.000 indústrias instaladas, das quais 6.000 consideradas como potencialmente poluidoras, com forte concentração nos setores de petróleo e química. Em consequência, as taxas médias de assoreamento, causadoras da perda de profundidade, passaram de 18 centímetros por século, até 1900, para mais de 5 metros atualmente (AMADOR, 1997, pp. 407-8). Se este ritmo não diminuir, 1/3 da baía corre risco de desaparecer nos próximos 100 anos.

5.2 A área de proteção ambiental de Guapimirim

A Área de Proteção Ambiental de Guapimirim é produto de um movimento iniciado em 1978 por pesquisadores universitários e técnicos do órgão de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, a FEEMA, apoiados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e movimentos ambientalistas, então embrionários. O fato gerador de tão extensa parceria foi um projeto do então Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), para o "saneamento" da área, ao molde de ações já executadas na porção ocidental da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro e Baixada Fluminense), seguidas por idêntico processo na porção oriental (Niterói e São Gonçalo), que retificaram rios e aterraram áreas, submetidas à especulação imobiliária e ocupação desordenada. Tal projeto foi definitivamente arquivado com a criação, seis anos depois, da primeira unidade de conservação ambiental brasileira resultante de ação comunitária, e a primeira reserva específica de manguezais (AMADOR, 1997, p. 388). Foi também um marco da resistência de um segmento da sociedade civil à degradação, até então incontestada. Apesar disso, segue sendo ameaçada por várias atividades impactantes, como turismo predatório, aterros, vazadouros de lixo, poluição industrial, desmatamento, queimadas e construções irregulares.

5.3 Realidade municipais

Os municípios de Magé e Itaboraí têm muito em comum, além da Baía de Guanabara e da APA de Guapimirim. Segundo dados da Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, em termos de extensão territorial Itaboraí e Magé são respectivamente 4^o e 5^o maiores municípios da região metropolitana, superados apenas pelo Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Duque de Caxias (CIDE, 2000, p. 48). Quanto ao contingente populacional, caem ambos para 8^o lugar (Magé, aproximadamente 200 mil habitantes em 2000) e 9^o lugar (Itaboraí, com quase 180 mil) (CIDE, 2000, p. 67). As taxas de urbanização também se assemelham, próximas de 94% (CIDE, 2000, p. 126). Magé e Itaboraí seguem juntos em todas as variações no *ranking* de municípios da região metropolitana nos indicadores demográficos e territoriais aqui destacados, o que indica perfis bastante próximos. Na análise do Produto Interno Bruto de 1998, os dois municípios também seguem juntos: Magé ocupa o 10^o lugar da região metropolitana, com R\$ 594.403.000,00, e Itaboraí o 11^o com R\$ 546.151.000,00 (CIDE, 2000, p. 515).

5.4 Os limites comunitários

Tantas semelhanças entre cidades tão próximas sugerem que as comunidades apresentem, em decorrência, perfis também aproximados, mas os violentos contrastes sociais que caracterizam o nosso país, também se revelam dentro de cada município: Mauá e Barão de Iriri, ambos pertencentes a Magé, têm composições sociais bastante distintas. A baía de Guanabara e o manguezal, os denominadores comuns às três comunidades, são incorporados à cada paisagem social de uma forma singular. Vamos esboçar cada ambiente e um pouco dessas relações, a partir de observações colhidas no trabalho de campo:

5.4.1 Itambi

Ao final da rodovia Niterói-Manilha, o rumo à esquerda leva à Magé e Teresópolis. As margens da estrada nos dez quilômetros mais próximos a Manilha são repletas de pequenos comércios, em sua maioria girando em torno da realidade rodoviária: borracheiro, ferro-velho e postos de abastecimento. Passa-se por uma fábrica de refrigerantes desativada, restaurantes simples, algumas igrejas evangélicas e muitas cerâmicas, tradicional atividade econômica da região. Em alguns trechos, essas construções tornam-se mais rarefeitas, abrindo espaço para pequenos sítios, enquanto em outros momentos agrupam-se, compondo pequenos adensamentos populacionais. Um desses é a Vila Nova de Itambi, cuja secular igreja branca pode ser vista à esquerda da estrada, no alto de uma pequena montanha, cercada por um conjunto de aproximadamente 500 casas.

Seguindo mais um pouco pela rodovia, chega-se ao ponto em que ela é cortada pela linha de trem que liga Niterói a Itaboraí. Dobra-se então à esquerda, percorrendo menos de um quilômetro por uma rua de terra até passar pela ponte sobre o rio Tambicu, ou a

"Doca", como os moradores o chamam. Virando à direita, temos uma estreita rua com pouco mais de trinta pequenas casas de um lado e o campo de futebol do outro, até a grande mangueira ao final, ponto de encontro dos moradores. Chegamos à Bacia, lugarejo de ocupação recente, entre vinte e trinta anos, cujos habitantes compartilham uma intrincada rede de relações familiares, de amizade ou trabalho. Muitos dos moradores são catadores de caranguejo, seguindo geralmente uma tradição familiar. Na rua paralela seguinte, ficam os moradores do "Pavilhão", com quem os vizinhos da Bacia mantêm uma contida rixa. Ao final dessa rua, pode-se chegar ao galpão que deu nome ao local, antiga indústria de refino de sal, às margens do extenso Rio Caceribu, com mais de setenta metros de largura; vale a pena apreciar as suas margens, cobertas por espessa vegetação de mangue. Os moradores da Bacia atracam os seus pequenos barcos na "Doca", braço d'água localizado ao fundo de seus quintais, e através dela chegam ao Caceribu, caminho diário que leva aos muitos pontos de entrada no manguezal, e, muito além, à própria Baía de Guanabara, onde os pescadores vão mais esporadicamente, devido à distância: o percurso até à "barra do rio", como costumam chamar, dura aproximadamente uma hora em barco a motor.

A "Ponte da CEDAE" é o principal ponto de venda do caranguejo e também palco da curiosa relação entre os moradores com a companhia de abastecimento de água do estado; ao lado da ponte passam as largas tubulações de água captadas no Rio Macacu, quilômetros acima, para posterior tratamento e distribuição a Niterói e São Gonçalo. Como a Bacia não conta com abastecimento de água, os moradores furam as tubulações e enfiam nelas mangueiras de borracha improvisadas, criando uma série de "chafarizes" que são regularmente soldados pela companhia. Os moradores aguardam a saída dos funcionários da CEDAE para, logo após, tornar a furar as tubulações e encaixar as suas mangueiras. As casas são de alvenaria, a maioria sem emboço externo e, apesar de não haver fome, as condições financeiras dos moradores são bastante modestas. A grande maioria das crianças frequenta as escolas localizadas do outro lado da estrada Manilha-Magé. As mulheres auxiliam os maridos na venda dos caranguejos e trabalham como empregadas domésticas em Niterói e São Gonçalo. Os participantes do projeto de mobilização comunitária do Consórcio Baía Azul são quase todos moradores da Bacia e da rua de terra de acesso, a rua Iamagata. Juntamente com os vizinhos do Pavilhão sentem-se discriminados pelos habitantes das áreas situadas do outro lado da linha do trem (Vila Nova de Itambi), que usufruem melhores condições de vida. A Vila Nova de Itambi já teve uma associação de moradores atuante, mas está desativada há mais de sete anos. Os moradores da Bacia, do Pavilhão e da rua Iamagata nunca tiveram uma organização formal, a não ser por uma polêmica e contestada representação perante a Colônia de Pescadores. Apesar de suas diferenças, os moradores incluíram entre as suas áreas de atuação a Bacia, o Pavilhão, a rua Iamagata e toda a Vila Nova de Itambi. Foram excluídas da pesquisa as áreas do distrito de Itambi localizadas do outro lado da rodovia Manilha-Magé, consideradas pelos moradores como estando fora de sua esfera de atuação.

5.4.2 Mauá

Partindo do Rio de Janeiro, tanto a Avenida Brasil quanto a Linha Vermelha levam ao acesso à BR – 040, em direção a Petrópolis, que após Duque de Caxias oferece acesso à BR – 101, no sentido Teresópolis. Após o posto de pedágio de Piabetá, vê-se à direita o acesso a Mauá, 5º distrito de Magé. Um caminho de aproximadamente dez quilômetros liga a rodovia à orla da Baía de Guanabara, na praia da Figueira. Seguindo à esquerda, tem-se as praias do Imperador, Anil, Olaria, São Francisco e São Lourenço; à direita da Figueira, localizam-se as praias de Mauá, Coroa e Ipiranga. A praia de Mauá tem relevância histórica: em 1854, Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, inaugurou ali, com a presença do Imperador Pedro II, a primeira estrada de ferro do Brasil, ligando a Baía de Guanabara à encosta da serra da Estrela, e de lá aos "caminhos das Minas Gerais". As ruínas do porto e da estação ainda podem ser vistas, em lamentável estado de abandono. Em semelhante estado de conservação, encontra-se a Avenida Roberto Silveira, avenida principal que liga a Figueira ao bairro do Ipiranga, esvaziando um grande potencial turístico já abalado pela poluição das praias. Dessa via à Praia do Limão, passa-se por uma rua de terra que, em tempos de chuva, fica praticamente intransitável. É comum também que ocorram enchentes com grandes perdas para os moradores, uma vez que toda a região era um manguezal, alterado por aterros e drenagens.

Calcula-se que diariamente umã tonelada de lixo seja lançada às águas da baía de Guanabara, proveniente principalmente de aterros sanitários construídos inconsequentemente às suas margens, como os de Gramacho, em Duque de Caxias e Itaoca, em São Gonçalo, e da sujeira acumulada nos vários rios que compõem a bacia hidrográfica da baía de Guanabara; são milhares de garrafas plásticas, embalagens e utensílios de vários tipos, pneus e outras peças de carros e barcos, restos de televisões e outros eletrodomésticos. Diante disso, era previsível que o manguezal, que há vinte anos era quase impenetrável de tão denso, fosse aos poucos definhando, a despeito dos recentes esforços de recuperação. São muitas as espécies de peixes e animais que os moradores percebem estar em processo de desaparecimento daquela área, que, para completar, foi das mais atingidas pelo histórico vazamento de 1,2 milhões de litros de óleo da Refinaria Duque de Caxias, da Petrobras, em janeiro de 2000.

Apesar de tudo, muitos moradores da praia do Limão seguem sendo pescadores, construindo as suas pequenas casas na areia e atracando os seus barcos em frente, até porque não são muitas as opções profissionais disponíveis. As mulheres atuam como empregadas domésticas em Caxias e Magé, os homens em pequenos serviços temporários na área de construção civil, e são muitos aqueles cuja renda familiar consiste principalmente de suas pensões e aposentadorias. As casas são de alvenaria, a maioria sem emboço externo e as condições financeiras são bastante modestas, mas bem melhores que as encontradas em outras áreas próximas, como o Cantinho da Vovó, Biquinha e Jockey, incluídas no universo da pesquisa. Muitos dos moradores dessas áreas vivem da coleta de caranguejos e, portanto, dependem do manguezal. Porém, ao mesmo tempo contribuem

para a sua degradação, com atitudes predatórias como coleta de caranguejos e disposição de lixo inadequadas, desmatamento e queimadas. Apesar de a atual administração municipal se mostrar bem mais presente que as anteriores, tendo melhorado bastante a coleta de lixo, por exemplo, Mauá ainda não conta com abastecimento de água e esgotamento sanitário.

5.4.3 Barão de Iriri

Passando pela entrada de Mauá na estrada Rio-Teresópolis e pela entrada de Suruí, logo adiante, é preciso muita atenção para perceber uma discreta placa anunciando Barão de Iriri, pouco antes do entrocamento Teresópolis-Magé. A discríção da sinalização é sintomática – Barão de Iriri é uma localidade reservada, muito pouco percebida pelas populações vizinhas e, dizem alguns moradores, durante muito tempo até mesmo pelo poder municipal. Se isto é um incômodo, especialmente no atendimento público de saúde e na manutenção de suas vias de terra, apontadas pela população como grandes problemas locais, por outro lado pode ser uma grande vantagem – Barão de Iriri tem uma das mais preservadas áreas de manguezal de fácil acesso da baía de Guanabara, um silêncio e uma tranquilidade de causar admiração aos agitados habitantes das regiões metropolitanas. São menos de trezentas casas, belos enquadramentos da Serra dos Órgãos, de manguezais que nos remetem a épocas remotas, e vários ângulos das belezas da baía.

Em um lugar tão diminuto, como explicar a existência de duas associações de moradores? Não é preciso muita perspicácia para perceber a intenção de muitos dos moradores do loteamento denominado "Balneário Nova Orleans" de se auto-segregarem, demarcando a sua melhor condição socio-econômica - muitos deles são ex-veranistas oriundos da região metropolitana. Do lado de fora do "Balneário", há moradores com origens, escolaridade e perfil profissional mais modestos, refletidos no padrão habitacional. Durante algum tempo, as respectivas associações de moradores não conseguiram entrosar as suas ações no benefício da comunidade como um todo, mas recentemente houve uma série de avanços nesse sentido. Apesar de tanta exuberância natural, são poucos os pescadores ou catadores de caranguejos locais; tais atividades são praticadas principalmente por visitantes, muitas vezes de forma predatória, o que vem mobilizando a reação dos moradores no sentido da preservação do lugar. O raio de atuação definido pelo grupo que vem participando do projeto de mobilização comunitária coincidiu com os limites oficiais da localidade, muito provavelmente em função das marcadas características socio-geográficas.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

6.1 Perfil das comunidades

Mauá e Itambi apresentaram a mesma proporção de 52% de moradores do sexo feminino e 48% do sexo masculino no total de moradores registrados nas comunidades. Em Barão de Iriri essa proporção ficou 50% masculina e 50% feminina. As faixas etárias dos moradores registrados revelam a princípio uma notável simetria entre as comunidades nesse aspecto. Porém, Itambi mostra-se um pouco mais jovem que as demais. Foram detectadas significativas diferenças entre as comunidades em termos de renda. Mais da metade das famílias entrevistadas em Mauá e 40% das famílias de Itambi vivem com níveis de renda inferiores a R\$ 361,00. Tanto Mauá quanto Itambi concentram um número maior de suas famílias na faixa de renda que vai de R\$ 181,00 a R\$ 360,00. Já Barão de Iriri tem o maior número de famílias no patamar entre R\$ 361,00 e R\$ 720,00 e uma concentração de quase 45% de suas famílias com renda acima de R\$ 360,00. Se percebe, generalizada, uma situação financeira bem modesta. Na localidade mais abastada, apenas 15% das famílias contam com renda mensal acima de R\$ 720,00, enquanto em Itambi este percentual não chega aos 5%. Chama atenção o alto índice de entrevistados que não sabiam informar a sua renda familiar, talvez por ser irregular e imprevisível. Em uma área de Itambi com grande concentração de pescadores, catadores de caranguejo e trabalhadores autônomos, quase a metade dos entrevistados não soube informar sua renda familiar.

As questões que focalizaram dados acerca do perfil profissional e da atual situação de trabalho nas comunidades refletem um grande equilíbrio, com pequenas alterações decorrentes, ao que parece, do perfil etário dos segmentos. Itambi, sendo mais jovem, apresenta índices maiores de estudantes e menor número de aposentados. Apesar disso, chama atenção a maior concentração de pescadores em Mauá, e de catadores de caranguejo em Itambi, além dos baixos índices registrados para ambas as ocupações em Barão de Iriri, apesar dessa localidade ter vários acessos à baía de Guanabara, e uma das mais preservadas áreas de manguezal de toda a baía. Outro dado relevante é a virtual inexistência de agricultores em praticamente toda a população pesquisada, em áreas que no passado recente tiveram na agricultura uma de suas principais atividades econômicas.

Para encerrar essa primeira etapa de caracterização das comunidades através dos resultados alcançados pela pesquisa, vamos agora observar como cada uma delas reagiu ao ser indagada sobre o seu maior problema. Vale lembrar que são respostas espontâneas, diante da única questão "aberta" do questionário. Essa talvez tenha sido a questão na qual mais se explicitaram as diferenças entre as comunidades. A limitação de poder escolher apenas um único problema, o maior deles, forçou uma hierarquização bastante aguda, e muito condizente com aspectos observados no trabalho de campo. Um rápido olhar mostra abruptas diferenças, como pode-se perceber no primeiro item, *Água*. No âmbito

do abastecimento de água, que inegavelmente é um problema para as três comunidades, vê-se que cada uma delas responde de uma forma distinta, o que irá ceder ou não espaço para a eclosão de outros problemas. Itambi, apesar de não ser abastecida pela Cedae, registra um índice pequeno deste fator como maior problema comunitário, muito provavelmente em função de ter encontrado um paliativo no abastecimento clandestino, já comentado. Seguindo a mesma lógica de destacar questões mais emergenciais, Barão de Iriri, que também não é abastecida pela Cedae, deu pouco relevo à questão, muito em função da boa qualidade de sua água, acessível através dos poços. Em Mauá, ao contrário, um terço dos entrevistados aponta o abastecimento de água como o maior problema local, chegando a ser citado por mais da metade deles na área da praia do Limão. O saneamento básico recebe grande destaque nas três comunidades, sendo apontado como o mais grave problema em Itambi. A área do Jockey, em Mauá, também o aponta como o maior problema, demonstrando a preocupação de um segmento de baixa renda com relação a uma questão durante muito tempo subestimada. A ocorrência de mosquitos, muito destacada na avaliação dos fatores domésticos de agravo à saúde, como veremos adiante, acaba sendo eclipsada neste contexto mais amplo por problemas que não deixam de lhe ser correlatos, como saneamento básico e saúde. Chama a atenção a citação espontânea da falta de união e de comunicação, muitas vezes relacionada à prática da "fofoca", questão fundamental na polarização entre capital social e familismo amoral. Após observar os perfis comunitários nos aspectos mais genéricos, vamos avaliar os resultados nos indicadores anteriormente elencados, nas esferas da comunidade cívica e da qualidade de vida.

6.2 Indicadores de comunidade cívica

a. Vibração da vida associativa

Refere-se às entidades associativas existentes dentro dos limites comunitários ou tendo influência sobre eles: clubes desportivos, centros comunitários, associações de moradores, escolas de samba ou grupos religiosos. Foram coletados os seguintes dados:

Tabela 02 - Vibração da vida associativa - Itambi, Mauá e Barão de Iriri - 2002

Entidade	Itambi	Barão de Iriri	Mauá
Clubes desportivos	1	1	3
Centros comunitários	-	1	1
Associação de moradores	-	2	1
Bares com música (ao vivo)	-	1	5
Bares com música (mecânica)	1	1	10
Escolas de samba	-	-	-
Grupos religiosos	8	3	8

O resultado, de uma maneira geral, é pouco favorável à vibração da vida associativa. Os clubes de Itambi e Mauá são na verdade uma modalidade de bar, a maioria recém-inaugurados e provavelmente de duração efêmera. O Country Club de Barão de Iriri, de perfil mais tradicional e com boa estrutura, vem sendo sub-utilizado sob a gerência de um grupo pequeno de moradores, que não conseguem, ou não pretendem, ampliar o seu quadro de sócios. Os centros comunitários de Barão de Iriri e Mauá são bastante atuantes, assim como as associações de moradores. Os bares com música e os grupos religiosos, a despeito de agregarem muitas pessoas, têm uma efetividade limitada no que tange à vida associativa. Outra indicação relevante neste aspecto são os mutirões de moradores para obras ou para a organização das festas juninas e demais festas de rua. A questão 16.5 do questionário investiga a frequência com que os moradores entrevistados se envolvem em mutirões na vizinhança.

Tabela 03 - Frequência de mutirões entre vizinhos Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Sempre		Às vezes		Nunca		Total	
	Base	%	Base	%	Base	%	Base	%
Itambi	76	20,6	122	33,1	171	46,3	369	100,
Barão de Iriri	38	16,1	67	28,4	131	55,5	236	100,
Mauá	72	12,3	127	21,7	386	66,0	585	100,

No trabalho de campo, são frequentes os comentários sobre feijoadas organizadas para se "bater uma laje em uma obra", reunindo os vizinhos. A ancestral prática do mutirão está bastante presente nas três comunidades: no segundo semestre de 2001, o Consórcio Baía Azul e a prefeitura de Magé promoveram mutirões de limpeza das praias de Mauá e Barão de Iriri, contando com a participação dos moradores, que aderiram espontaneamente. Os moradores de Itambi organizaram espontaneamente um mutirão de limpeza do terreno cheio de mato e lixo em frente às suas casas, mobilizando a partir daí a prefeitura, que enviou um trator para terminar a tarefa. As profissões de pescador, catador de caranguejo e operário da construção civil, tradicionalmente exercidas através do trabalho coletivo, podem ser um estímulo à prática do mutirão. Os demais tópicos da questão 16 do questionário sugerem outros eventuais favores trocados entre vizinhos, investigando a frequência com que ocorrem. Como observa-se abaixo, em todos eles Barão de Iriri tem percentuais maiores na opção *sempre*, enquanto Itambi apresenta maiores índices no somatório *sempre* com *às vezes*. Mauá tem, sistematicamente, números bastante inferiores aos das outras comunidades. Nas três, o fator que mais mobiliza a troca de favores entre vizinhos é a saúde, questão citada entre os três maiores problemas em todas as comunidades.

Tabela 04 - Frequência de favores entre vizinhos – Itambi, Mauá e B. de Iriri – 2002

		Sempre		Às vezes		Nunca		Total
		Base	%	BASE	%	Base	%	
Itambi Base 368	Empréstimo/doação-mantimentos /s	60	16,3	174	47,3	134	36,4	100,
	Tomar conta de crianças ou idosos	48	13,0	99	26,9	221	60,1	100,
	Ajuda em problemas de saúde	96	26,1	176	47,8	96	26,1	100,
	Vigilância / guardar objetos	52	14,1	154	41,7	163	44,2	100,
	Compras partilhadas	10	2,7	46	12,5	311	84,7	100,
	Outros			1	100,			100,
B.de Iriri Base 232	Empréstimo/doação-mantimentos /s	40	17,2	87	37,5	105	45,3	100,
	Tomar conta de crianças ou idosos	34	14,7	45	19,5	152	65,8	100,
	Ajuda em problemas de saúde	68	28,8	101	42,8	67	28,4	100,
	Vigilância / guardar objetos	51	21,6	61	25,8	124	52,5	100,
	Compras partilhadas	9	3,8	23	9,8	203	86,4	100,
	Outros	1	100,					100,
Mauá Base 589	Empréstimo/doação-mantimentos /s	58	9,9	238	40,6	290	49,5	100,
	Tomar conta de crianças ou idosos	30	5,1	170	28,9	389	66,0	100,
	Ajuda em problemas de saúde	62	10,5	326	55,3	202	34,2	100,
	Vigilância / guardar objetos	65	11,0	193	32,7	332	56,3	100,
	Compras partilhadas	8	1,4	36	6,2	540	92,5	100,
	Outros	4	50,0	1	12,5	3	37,5	100,

Em Mauá e Itambi a participação em organizações comunitárias está concentrada nos grupos religiosos e de caridade, intrinsecamente relacionados entre si. O índice de participação em grupos musicais registrado em Mauá foi mais que o dobro das outras comunidades - seus grupos de serestas são tradicionais e bem organizados e vários bares promovem eventos musicais. A expressiva participação nas associações de pais e mestres em Itambi parece referir-se apenas à esporádica presença nas tradicionais reuniões de pais das escolas, provável reflexo da diferença de idade dessa comunidade com relação aos demais, os quais já não devem ter muitos filhos em idade escolar. Significativamente, Mauá registra uma participação em grupos de terceira idade quase três vezes maior que os de Barão de Iriri, e quase dezessete vezes mais que Itambi. Um fator ligeiramente mais destacado em Itambi, o vínculo a sindicatos, deve estar refletindo a inserção local da Colônia de Pescadores junto ao respectivo segmento. Barão de Iriri tem resultados ligeiramente inferiores às demais em *vínculos religiosos, musicais e clubes esportivos*, registrando índices semelhantes em *grupos de caridade, de terceira idade e associações de pais e mestres*. Mas é na participação nas associações de moradores que Barão de Iriri se destaca, refletindo o dinamismo das instituições locais. Em Itambi, apenas um entre 370 moradores entrevistados declarou este vínculo.

Tabela 05 - Tipos de participação comunitária - Itambi, mauá e B. de Iriri - 2002

Comunidade	Modalidades	Participação	
		Base	%
Itambi Base 370	Associação de moradores	1	,3
	Clubes esportivos	13	3,5
	Sindicatos	6	1,6
	Grupos musiciais	51	13,8
	Partido político	-	-
	Grupos de 3ª idade	1	,3
	Grupos de caridade	109	29,5
	Associações pais e mestres/ clube de mães/grêmios	80	21,6
	Grupos religiosos	176	47,6
	Outras organizações /instituições	23	6,2
Barão de Iriri Base 236	Associação de moradores	35	14,8
	Clubes esportivos	5	2,1
	Sindicatos	1	,4
	Grupos musiciais	30	12,7
	Partido político	2	,8
	Grupos de 3ª idade	4	1,7
	Grupos de caridade	49	20,8
	Associações pais e mestres/ clube de mães/grêmios	38	16,1
	Grupos religiosos	77	32,6
	Outras organizações /instituições	20	8,5
Mauá Base 595	Associação de moradores	41	6,9
	Clubes esportivos	55	9,2
	Sindicatos	2	,3
	Grupos musicais	189	31,8
	Partido político	1	,2
	Grupos de 3ª idade	30	5,0
	Grupos de caridade	82	13,8
	Associações pais e mestres/ clube de mães/grêmios	66	11,1
	Grupos religiosos	204	34,3
	Outras organizações /instituições	21	3,5

A Tabela 6 – *Possíveis razões para a não participação* foi respondida apenas por aqueles moradores que não participam de nenhuma ação associativa, segmento que corresponde a 26% dos entrevistados em Itambi, 28,6% em Mauá e 30% em Iriri. As frases indicavam supostas razões para a não-participação, e o entrevistado deveria posicionar-se concordando, discordando ou permanecendo neutro. A última frase do questionário, *não fui convidado, mas poderia participar*, a que mais evidencia um potencial de participação futura, teve generosos índices de concordância nas três comunidades, sendo os maiores em Iriri e Itambi. Em aparente contradição, no entanto, Itambi coloca, imediatamente após, a frase que pode-se considerar o “slogan” do familismo amoral: *devo cuidar de mim*

e *minha família, antes do resto*, que alcança a maior aceitação em Mauá, e uma baixa adesão em Iriri. Outra frase com grande aceitação foi a que delega aos líderes ou políticos a responsabilidade pela solução dos problemas: ocupou a segunda colocação em Mauá e Barão de Iriri, e a terceira posição em Itambi, ainda que nessas duas últimas um segmento expressivo manifestasse a sua discordância quanto a essa declaração explícita de omissão.

A frase que alega falta de tempo alcançou apenas uma relativa adesão em Mauá, diminuiu em Itambi e ficou menor ainda em Iriri. Esta, juntamente com a opção que sugere ser monótono participar e a outra, que manifesta que a eventual presença do entrevistado não faria diferença, estão, segundo o posicionamento dos entrevistados, fora do cerne da questão da não-participação, diante dos baixos índices alcançados. Curiosamente, Mauá "contesta veementemente" essa última, acompanhada por Iriri, sendo que ambas também não aceitam a hipótese da monotonia. Em suma, as principais motivações para a não-participação são o *familismo amoral* e a delegação dessas responsabilidades aos líderes e políticos, com uma "porta aberta" para uma futura atuação, desde que motivada por um convite mais explícito. Essas parecem ser as posturas de Mauá e Itambi, que demonstram algum paralelismo em seus resultados. Barão de Iriri diverge um pouco, dando mais peso a um futuro convite e se refugiando na neutralidade diante da sedução do *familismo amoral*.

Tabela 06 - Possíveis razões da não participação - Itambi, Mauá, B. de Iriri - 2002

Não participa porque...	Concorda		Discorda		Nem concorda Nem discorda		Total		
	base	%	base	%	base	%	base	%	
Itambi	A sua presença não faria muita diferença	26	26,8	28	28,9	43	44,3	97	100,
	Acha monótono e aborrecido	31	32,0	30	30,9	36	37,1	97	100,
	Deve cuidar de si e de sua família, antes do resto	51	52,6	10	10,3	36	37,1	97	100,
	Tem muitos problemas, não sobra tempo para isto	43	44,3	14	14,4	40	41,2	97	100,
	Líderes / políticos devem resolver os problemas	49	50,5	20	20,6	28	28,9	97	100,
	Não fui convidado, mas poderia participar	52	53,6	7	7,2	38	39,2	97	100,
B. Iriri	A sua presença não faria muita diferença	8	11,3	28	39,4	35	49,3	71	100,
	Acha monótono e aborrecido	14	19,7	30	42,3	27	38,0	71	100,
	Deve cuidar de si e de sua família, antes do resto	24	33,8	14	19,7	33	46,5	71	100,
	Tem muitos problemas, não sobra tempo para isto	25	35,2	16	22,5	30	42,3	71	100,
	Líderes / políticos devem resolver os problemas	33	46,5	15	21,1	23	32,4	71	100,
	Não fui convidado, mas poderia participar	39	55,7	8	11,4	23	32,9	70	100,
Mauá	A sua presença não faria muita diferença	26	15,3	104	61,2	40	23,5	170	100,
	Acha monótono e aborrecido	64	37,4	67	39,2	40	23,4	171	100,
	Deve cuidar de si e de sua família, antes do resto	115	69,7	23	13,9	27	16,4	165	100,
	Tem muitos problemas, não sobra tempo para isto	91	53,8	50	29,6	28	16,6	169	100,
	Líderes / políticos devem resolver os problemas	116	69,0	17	10,1	35	20,8	168	100,
	Não fui convidado, mas poderia participar	108	63,5	31	18,2	31	18,2	170	100,

A Tabela 7 oferece também indícios sobre a vibração da vida associativa, ao revelar como os entrevistados gastam o seu tempo livre. Curiosamente, Itambi e Barão de Iriri têm exatamente a mesma sequência na ordem decrescente de atividades com que ocupam seu tempo livre: (1) Cuidados com a casa; (2) Televisão; (3) Descanso/dormir; (4) Conversa com alguém; (5) Música; (6) Passeio; (7) Leitura e (8) Esporte. Os índices

percentuais dessas comunidades também mantêm um notável paralelismo. A sequência registrada não parece oferecer grandes perspectivas à vibração da vida associativa, com as atividades individuais superando aquelas mais coletivas. Em Mauá esse quadro se agrava um pouco mais, pois a linha é mantida com duas mudanças significativas: as posições de primeiro e segundo lugar se invertem, com a *Televisão* (com índices bastante altos) superando os *Cuidados com a casa* e com o aumento do percentual de *Descanso/dormir*, terceira opção para todas, mas com números bem maiores em Mauá. Em compensação, atividades mais coletivas como *Música*, *Conversa com alguém* e *Passeio* também registram marcas maiores em Mauá que nas outras duas comunidades. Em *Outros*, o bingo foi destacado por alguns moradores de Mauá, enquanto os de Itambi destacaram a prática do futebol.

Tabela 07 - Atividades praticadas no tempo livre - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

ATIVIDADE NO TEMPO LIVRE	Itambi- base 366		Mauá- base 593		B. Iriri - base 236	
	Base	%	Base	%	Base	%
Esportes	17	4.6	40	6.7	14	5.9
Leitura	55	15.0	101	17.0	29	12.3
Cuidados com a casa	162	44.3	241	40.9	117	49.6
Conversa com alguém	87	23.8	207	34.9	41	17.4
Passeio	67	18.3	159	26.8	36	15.3
Descanso / Dormir	111	30.3	231	39.0	69	29.2
Música	71	19.4	221	37.3	39	16.5
Televisão	136	37.2	356	60.0	85	36.0
Outros	31	8.5	38	6.4	44	18.6

b. Comunicação (informação comunitária/ jornais/ rádio)

A comunicação comunitária em geral é bastante difícil. Itambi não tem qualquer boletim informativo; em Mauá, a Associação de Moradores de Guia de Pacobaíba já teve um boletim, mas ele está atualmente desativado. A Associação de Moradores e Amigos do Balneário Nova Orleans (AMANO) edita um boletim, mas com edição, tiragem e distribuição tímidas. A sua congênere, a Associação de Moradores de Barão de Iriri (AMBI), quando necessário, imprime recados no computador e os distribui "de mão em mão". Ambas usam, em situações especiais, faixas expostas em lugares estratégicos. Em períodos eleitorais, são publicados anúncios em jornais de Magé, mas com efeito puramente formal. As lideranças comunitárias de Mauá vêm buscando utilizar o recurso da rádio comunitária (RCM 94,5), localizada no bairro da Figueira com alcance até a Praia do Limão, mas a população parece não ter ainda incorporado o hábito de ouvi-la. Alguns registros históricos de Mauá são divulgados na internet pelo *site* www.portalmage.com.br. Mauá conta ainda com um recurso curioso e criativo: uma bicicleta adaptada com potente equipamento de som percorre uma área definida, divulgando um anúncio pré-gravado e cobrando por hora - chama-se "Manuelito do Som". Na prática, o que acaba funcionando em todas essas comunidades é o tradicional, mas nem sempre confiável "boca a boca".

Um indicador dos efeitos dessas estratégias de comunicação local é a auto-avaliação que cada entrevistado realizou quanto ao grau de informação que tem dos assuntos comunitários. Os resultados comprovam a preponderância do "boca a boca" sobre todas as outras estratégias: Barão de Iriri se destaca largamente, enquanto Mauá, a despeito de todos os recursos de rádio comunitária, *site* na internet e o serviço de Manuelito, tem seu percentual de *Bem informado* ultrapassado em 50% por Itambi, que não conta com qualquer recurso de comunicação, além do mais tradicional.

Tabela 08 - Auto-avaliação da informação - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Bem informado	Mais ou menos informado	Mal informado	Total
Itambi	Base	108	196	66	370
	%	29,2	53,0	17,8	100
Barão de Iriri	BASE	95	102	38	235
	%	40,4	43,4	16,2	100
Mauá	BASE	121	308	165	594
	%	20,4	51,9	27,8	100

c. Habilidade cívicas

Conjunto de habilidades necessárias à convivência comunitária: escolaridade, encaminhamento de demandas ou organização de eventos. As tabelas abaixo informam a escolaridade dos moradores das comunidades e de cada micro-área.

Tabela 09 - Perfil da escolaridade dos moradores - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Itambi	B. de Iriri	Mauá
Nunca estudou	base	162	86	286
	%	15	13	16
Pré-escola	base	31	24	47
	%	3	4	3
Alfabetização	base	38	47	56
	%	3	7	3
1ª a 4ª série-1º grau/ensino fundamental	base	345	194	663
	%	31	29	36
5ª a 8ª série-1º grau/ensino fundamental	base	372	186	547
	%	33	28	30
2º grau/ ensino médio incompleto	base	78	46	102
	%	7	7	6
2º grau/ ensino médio completo	base	74	61	115
	%	7	9	6
Superior/faculdade	base	12	29	19
	%	1	4	1
Total	base	1112	673	1835

A soma dos três estratos de maior escolaridade – ensino médio incompleto, completo e ensino superior dão ampla superioridade a Barão de Iriri. Outro indicador de Habilidades Cívicas é a reação de cada grupo local aos eventos promovidos durante o trabalho de campo. Obviamente, esses grupos são uma pequena fração da população total de cada comunidade, e não podem ser tomados pelo todo. Porém, como foram grupos formados a partir da iniciativa individual, em reação a uma proposta de participação aberta a todos, sem seleção prévia, acabam refletindo de alguma forma a cultura local predominante. O primeiro desses eventos foi uma exposição de fotografias dos mais relevantes impactos ambientais locais, fruto de um diagnóstico socio-ambiental realizado nas áreas por cada grupo local, sob orientação do projeto Baía Azul. O processo foi bastante produtivo em todas elas, mas a forma como a exposição foi preparada e apresentada demonstrou diferentes posturas em cada grupo. Enquanto o grupo de Barão de Iriri lotava a sala de exposições com mais de uma centena de moradores convidados, e repetia o processo, por iniciativa própria, em outra área da comunidade no final de semana seguinte, os moradores de Mauá, apesar do empenho demonstrado na montagem da sua exposição em um coreto na praia, e do capricho com que prepararam um lanche comemorativo, não conseguiram o mesmo sucesso na mobilização comunitária. O grupo de Itambi, apesar de também mostrar-se entusiasmado com o evento, teve uma postura bem mais dependente de uma organização externa, passivamente aguardando orientações e demonstrando dificuldades na divisão das tarefas. O evento seguinte, organizado para que as comunidades se conhecessem e apresentassem os seus resultados às demais, quase ficou sem a delegação de Itambi, pois os moradores foram aos poucos desestimulando uns aos outros. No momento do embarque, a notícia era que ninguém de Itambi iria, exigindo um esforço de convencimento da importância de sua participação, e que acabou acontecendo com muito sucesso. Nos demais eventos, como o mutirão de limpeza do terreno em frente às casas da Bacia e o processo de coleta de dados da pesquisa, foram frequentes os desencontros dos moradores de Itambi entre si, com contínuas trocas de acusações, especialmente referentes a alguns estarem se dedicando menos que os demais. O grupo de Mauá exibe a mesma passividade, embora sem tantos atritos, aguardando estímulos externos para que possa entrar em atividade. É um grupo bastante dedicado, mas que se defronta com a dificuldade na mobilização dos demais moradores, a quem acusa de apenas comparecer quando é oferecida comida gratuita, ou algum tipo de apelo semelhante.

Enquanto isso, o grupo de Barão de Iriri organiza-se autonomamente, participa dos mutirões com entusiasmo e harmonia, agregando outros moradores voluntários, e prepara, por iniciativa própria, o 1º Encontro de Amigos do Meio Ambiente de Barão de Iriri, com exposição de cartazes e trabalhos sobre reciclagem/reaproveitamento de lixo, oficinas, vídeos, debates, jogos, teatro de fantoches e brincadeiras. O evento atraiu mais de duzentos moradores e representantes políticos de Magé, como vereadores, secretários

municipais e um deputado federal. Ao final do processo de coleta de dados da pesquisa, as pesquisadoras avaliaram o desempenho de cada grupo de moradores no acompanhamento da equipe, a partir de um roteiro padrão, e o relato daí proveniente é bastante convergente com a descrição acima.

d. Vínculo

O grau de vinculação de cada entrevistado com o local onde vive é definido através do tempo de moradia, de sua condição de propriedade, da sua satisfação em morar naquela localidade, do grau de confiança com relação à melhoria das condições de vida no futuro próximo e da predisposição demonstrada em participar de um programa para melhorar a situação do lixo na comunidade. Outro indicador de vínculo é a Tabela 8, relativa à avaliação feita pelo entrevistado sobre a informação que detém. Vamos então observar, abaixo, se o tempo de residência e o tipo de propriedade interferem no vínculo existente entre morador – comunidade, e que perfil as comunidades focalizadas demonstram nesses aspectos:

Tabela 10 - Tempo de residência na comunidade - Itambi, Mauá e B. de Iriiri - 2002

		De 0 a 2 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Itambi	Base	33	42	68	228	371
	%	8,9	11,3	18,3	61,5	100
B de Iriiri	Base	28	43	36	126	233
	%	12,0	18,5	15,5	54,1	100
Mauá	Base	48	81	157	295	581
	%	8,3	13,9	27,0	50,8	100

Tabela 11 - Tipo de propriedade das residências - Itambi, Mauá e B. de Iriiri - 2002

		Própria	Alugada	Emprestada	Posse	Total
Itambi	Base	204	15	25	124	368
	%	55,4	4,1	6,8	33,7	100
Barão de Iriiri	Base	150	6	54	23	233
	%	64,4	2,6	23,2	9,9	100
Mauá	Base	446	29	46	75	596
	%	74,8	4,9	7,7	12,6	100

Essas primeiras tabelas indicam que estamos lidando com populações antigas e com fortes raízes, em todas as três comunidades. Os segmentos com mais de seis anos de moradia, geralmente tempo suficiente para que um morador estabeleça vínculos com o lugar onde vive, resultado da soma das opções *de 6 a 10 anos*, e *mais de 10 anos*, em Itambi e Mauá representam quase 80% da população, e em Barão de Iriiri ficam praticamente em 70%. Essa última tem índices distribuídos um pouco mais uniformemente,

indicando um crescimento mais linear e uma ocupação recente mais intensa que as demais, o que pode ser constatado em *loco*. Em termos de propriedade, os resultados reforçam essa idéia de vinculação. É prudente relativizar os índices que indicam *casa própria*, pois o fato da casa ser própria não significa, necessariamente, uma residência com sólidas condições de habitação – a área do Jockey, em Mauá, apresenta os maiores índices dessa opção, porém, algumas casas são construídas no antigo e precário sistema de pau a pique. Um padrão habitacional tão precário pode indicar vínculos mais provisórios do que a expressão “casa própria” nos poderia sugerir. Outro aspecto dessa questão é que muitos posseiros acreditam-se proprietários legítimos, por serem moradores muito antigos, porém não têm a formalização da escritura definitiva. Assim, como o objetivo aqui é verificar o grau de vinculação, a soma das opções *própria* e *posse* parece ser uma boa alternativa. Os resultados dessa soma chegam perto dos 90% em Itambi e Mauá, e dos 75% em Barão de Iriiri. Esta última apresenta uma alta concentração na opção *emprestada*. Ao contrário do que possa parecer, isto não afeta o grau de vínculo, por representar certamente o segmento dos caseiros, geralmente pessoas da localidade, incorporadas à realidade local. Os índices de aluguel são extremamente baixos em geral, ficando abaixo de 5% em todas elas. Os vínculos são determinados também pela satisfação de se viver em um determinado local, ou pela expectativa de melhoria dessa sensação. Como os moradores dessas comunidades manifestam-se a esse respeito, é o que veremos adiante.

Tabela 12 - Percepção quanto à qualidade de vida - Itambi, Mauá e B. de Iriiri - 2002

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Total
Itambi	Base	33	221	92	10	14	370
	%	8,9	59,7	24,9	2,7	3,8	100
Barão de Iriiri	Base	70	124	32	4	5	235
	%	29,8	52,8	13,6	1,7	2,1	100
Mauá	Base	101	350	109	25	10	595
	%	17,0	58,8	18,3	4,2	1,7	100

O grau de satisfação das populações destaca Barão de Iriiri, considerado um ótimo lugar para se morar por quase 30% de seus moradores. Todas as comunidades foram bem avaliadas: o quesito *bom* concentrou mais da metade das declarações em cada uma delas, e foram significativamente baixos os índices das opções *ruim* e *péssimo*. Quanto ao futuro, o otimismo em Mauá é impressionante, provavelmente devido aos recentes investimentos feitos pela prefeitura no local.

Tabela 13 - Percepção quanto ao futuro - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Melhor	Nem melhor, nem pior	Pior	Total
Itambi	Base	215	121	33	369
	%	58,3	32,8	8,9	100
Barão de Iriri	Base	177	52	4	233
	%	76,0	22,3	1,7	100
Mauá	Base	482	96	10	588
	%	82,0	16,3	1,7	100

Na predisposição em colaborar em uma ação destinada a melhorar a situação do lixo, Barão de Iriri registra significativa adesão, destacando-se perante as demais, que exibem também uma maioria favorável à idéia.

Tabela 14 - Participação na melhoria do lixo - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Sim	Não	Talvez	Total
Itambi	Base	189	127	45	361
	%	52,4	35,2	12,5	100
Barão de Iriri	Base	162	38	31	231
	%	70,1	16,5	13,4	100
Mauá	Base	337	163	90	590
	%	57,1	27,6	15,3	100

e. Agilidade

Este indicador refere-se ao desempenho dos moradores em identificar as necessidades sociais e propor soluções, através de instituições representativas ou através da formação espontânea de grupos que atuem em situações específicas. A questão 22 do questionário levantou uma série de demandas, ao perguntar sobre o maior problema da comunidade. Quanto à proposição de soluções e auto-organização, os dados provêm da observação em campo. Por exemplo, o maior problema apontado em Mauá é o abastecimento de água. Diante disso, que atitude tomaram seus moradores? A solução institucional é atualmente difícil, dada a fragilidade dos instrumentos de representação, como a associação de moradores. Um grupo, então, organizou-se para buscar água em uma fonte distante, estendendo improvisadamente uma longa mangueira de borracha pelas ruas do bairro. É uma solução precária, extra-oficial e provisória, mas é a saída possível no curto prazo.

Barão de Iriri destacou o transporte como seu maior problema, uma vez que a comunidade localiza-se distante do centro do município, servida por uma única empresa que disponibiliza apenas um ônibus para o percurso. Quando ele quebra ou atola nas ruas de barro, o que ocorre com certa frequência, são muitos os transtornos causados aos moradores da comunidade. Eles reagem ao fato pressionando a empresa, principalmente

através das duas associações de moradores, sempre atuantes na questão. Já Itambi indicou o saneamento básico como seu maior problema, mas não tem sido noticiada nenhuma ação visando a solução dessa dificuldade. O esgoto segue sendo lançado no rio e pequenos córregos que passam na parte de trás das casas.

A própria coleta de dados da pesquisa aqui relatada foi acompanhada por alguns dos moradores locais, e a sua articulação entre si, com a equipe de pesquisadoras e com os demais moradores é um indicador que expõe alguns aspectos da cultura local. O grupo de moradores de Mauá comprometeu-se a acompanhar a equipe de pesquisadoras, antecipando-se no primeiro contato com as residências, apresentando o trabalho do Consórcio Baía Azul e os propósitos da pesquisa. Apenas no primeiro dia essa idéia chegou a ser implementada, e mesmo assim, parcialmente. Nos demais dias, os moradores acompanhantes simplesmente não compareceram, sem aviso ou justificativa. Em Itambi, os moradores locais demonstraram um sentimento de rejeição com relação à equipe de pesquisa, proveniente de uma outra comunidade, questionando insistentemente o que consideraram, a princípio, uma invasão. Além disso, houve uma série de atritos entre os próprios moradores, relacionados com a escala de acompanhamento pactuada previamente, com acusações mútuas de pouca dedicação à tarefa.

Em Barão de Iriri, apesar da pesquisa ter-se iniciado na semana seguinte ao 1º Encontro de Amigos do Meio Ambiente de Barão de Iriri, no qual todos se envolveram exaustivamente, no dia marcado todo o grupo estava na entrada da comunidade, aguardando a equipe de pesquisa para acompanhá-la por todo o período de coleta de dados. Não houve problemas com relação à escala combinada; ao contrário, o número de acompanhantes algumas vezes excedeu o que havia sido acertado, e a divisão de tarefas funcionou, com os moradores apresentando o projeto e os objetivos da pesquisa, e a equipe dedicando-se apenas ao preenchimento dos questionários. A tarefa encerrou-se um dia antes do previsto.

f. Participação eleitoral local

Um dado relevante é a existência ou não das respectivas associações de moradores, os seus projetos, produtos e rotinas. Itambi já teve uma associação de moradores atuante, mas ela está inativa há mais de sete anos. O bairro do Ipiranga, onde se localiza a praia do Limão, em Mauá, conta com a Associação dos Moradores de Guia de Pacobaíba, fundada em 1982 e que contabiliza, formalmente, aproximadamente três mil sócios. Segundo informações de líderes comunitários locais, essa associação teve o seu auge no período 1990-1992, quando conquistou a expansão do trajeto do ônibus que circula pelo bairro, ativou a limpeza de rios e canais, promoveu excursões educativas para os alunos da escola local e até chegou a ter uma ambulância própria. Também já editou um boletim informativo, mas que deixou de ser produzido. Ainda realiza reuniões mensais com aproximadamente cinquenta pessoas, mas as suas últimas eleições têm apenas aclamado

protocolarmente uma chapa única.

Barão de Iriri tem a Associação de Moradores de Barão de Iriri (AMBI) e a Associação de Moradores e Amigos de Nova Orleans (AMANO), fundadas respectivamente em 1995 e 1983. A primeira tem, aproximadamente, cento e cinquenta sócios, enquanto a segunda tem sessenta e cinco. Atuaram isoladamente em frentes comuns, como o monitoramento da qualidade do serviço prestado pela empresa de ônibus que atende precariamente a comunidade, a manutenção das vias de acesso, a coleta de lixo e o atendimento médico. Ultimamente, elas vêm coordenando melhor as suas ações. A AMBI realiza uma reunião ordinária de diretoria quinzenalmente, reuniões trimestrais com a comunidade, com presença de vinte a trinta pessoas, e uma eleição trienal. A última teve a inscrição de duas chapas, e quorum de cento e oitenta votantes. Tem um trabalho regular de atendimento aos moradores carentes, em parceria com a igreja católica local, além de fiscalizar aterros clandestinos, turismo predatório e as ações elencadas acima. A AMANO contabiliza, entre seus principais produtos, a instalação de iluminação na rua principal, a implantação da linha de ônibus e a construção de dois abrigos em pontos de ônibus. Tem uma rotina de reuniões bimestrais, para apresentação de contas e assuntos gerais, com participação de aproximadamente vinte pessoas e eleições bi-anuais. A última teve um quorum semelhante, que aclamou uma chapa única.

6.3 INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

a. Patrimônio público

Inventário dos equipamentos públicos existentes, seu grau de conservação e utilização. Nesse aspecto, o quadro geral deixa bastante a desejar, dificultando uma análise comparativa entre realidades tão semelhantes, em suas lacunas e carências. As escolas, apesar de poucas, têm cumprido com seu papel, como se constata nas boas cotações recebidas na avaliação dos serviços públicos, e nas raras citações quando os moradores elegem o maior problema de suas comunidades. No entanto, os demais equipamentos públicos são avaliados de forma desalentadora. As creches não existem, as praças estão abandonadas e os postos de saúde são muito criticados: o de Mauá esteve fechado por oito anos, sendo reativado recentemente; os de Itambi e Barão de Iriri foram, ambos, citados como segundo maior problema de suas comunidades.

Tabela 15 - Equipamentos públicos existentes - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

Equipamento Público	Itambi	Barão de Iriri	Mauá
Escolas	1	1	2
Creches	-	-	-
Praças	3	2	3
Postos de saúde	1	1	1
Posto policial	1	-	1
Corpo de bombeiros	-	-	-

b. Serviços públicos

Na Tabela 16, reproduzida abaixo, os entrevistados avaliam os serviços públicos prestados à comunidade. Um dos serviços mais bem avaliados, a eletricidade doméstica, alcançou essa cotação não só porque tem-se mantido regular, mas também pelas altas notas recebidas dos moradores abastecidos por ligações clandestinas – muitos declararam-se constrangidos em criticar um serviço pelo qual não pagavam. Chama atenção o bom resultado obtido pela coleta de lixo de Magé, tanto em Barão de Iriri (eleito o melhor serviço) quanto em Mauá (3º colocado), das escolas e do replantio de mangue, em Mauá e Itambi. A iluminação das ruas, o policiamento e os bombeiros alcançaram médias baixas, ficando os postos de saúde em posição intermediária, no *ranking* geral.

Tabela 16 - Avaliação dos serviços públicos - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Itambi		Barão de Iriri		Mauá	
	Média	Base	Média	base	Média	Base
Eletricidade nas casas	8,73	370	8,18	233	8,75	592
Fornecimento de água	5,80	369	,18	225	,10	593
Escola pública	7,78	272	7,46	155	8,12	394
Posto de saúde	4,48	348	4,18	213	7,02	532
Coleta de lixo	4,72	367	8,91	232	7,67	572
Policiamento	3,68	311	2,93	201	4,55	417
Bombeiros	2,29	298	2,81	186	3,26	389
Iluminação das ruas	2,44	367	4,18	233	3,56	545
Dragagem dos rios	1,09	339	,12	207	,39	527
Reflorestamento/Replanteio de mangue	7,97	212	3,25	154	7,67	351

c. Renda familiar

Há ligeira vantagem de Barão de Iriri sobre as demais comunidades, refletindo sua melhor escolaridade.

d. Emprego

A semelhança na condição de emprego revela que não é neste aspecto que as comunidades se diferenciam.

e. Escolaridade

Este item, já exposto como componente do indicador Habilidades Cívicas, volta a ser considerado aqui como relevante também para a qualidade de vida. É inegável que a escolaridade está diretamente vinculada à renda e, conseqüentemente, à qualidade de vida.

f. Moradia

Tabela 17 - Situação do abastecimento de água - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Base	%	Base	%
Itambi	Cedae	275	74,1	371	100
	Poço particular	31	8,4	371	100
	Poço coletivo	20	5,4	371	100
	Chuva	1	,3	371	100
	Carros-pipa	---	---	371	100
	Outros locais	77	20,8	371	100
Barão de Iriri	Cedae	---	---	236	100
	Poço particular	181	76,7	236	100
	Poço coletivo	51	21,6	236	100
	Chuva	---	---	236	100
	Carros-pipa	---	---	236	100
	Outros locais	4	1,7	236	100
Mauá	Cedae	2	,3	593	100
	Poço particular	435	73,4	593	100
	Poço coletivo	139	23,4	593	100
	Chuva	14	2,4	593	100
	Carros-pipa	2	,3	593	100
	Outros locais	10	1,7	593	100

Percebe-se a alta dependência de Mauá e Barão de Iriri à opção dos poços, diante a ausência da rede de abastecimento. Em ambos chama a atenção o alto índice de usuários de poços coletivos, mais expostos à eventuais contaminações. Diante de tais circunstâncias, quais os procedimentos adotados para garantir o uso de uma água saudável? É o que veremos a seguir.

Tabela 18 - Tratamento recebido pela água - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Base	%	Base	%
Itambi	- filtragem	139	38,1	365	100
	- fervura	10	2,7	365	100
	- cloração	79	21,6	365	100
	- nenhum tratamento adicional	141	38,6	365	100
	- água mineral	20	5,5	365	100
	B. de Iriri	- filtragem	103	44,0	234
- fervura		11	4,7	234	100
- cloração		33	14,1	234	100
- nenhum tratamento adicional		109	46,6	234	100
- água mineral		9	3,8	234	100
Mauá		- filtragem	126	21,2	594
	- fervura	23	3,9	594	100
	- cloração	75	12,6	594	100
	- nenhum tratamento adicional	267	44,9	594	100
	- água mineral	139	23,4	594	100

A despeito das difíceis condições de abastecimento, a resposta mais frequente a respeito de possíveis cuidados com relação à qualidade da água consumida foi... nenhum tratamento adicional. Essa foi a resposta mais evidenciada em todas as três comunidades, ainda que cada uma tenha as suas peculiaridades neste aspecto. Entre os moradores de Barão de Iriri são frequentes os comentários acerca da boa qualidade da água local, atestada recentemente por análises laboratoriais solicitadas pela Associação de Moradores, e nesse contexto é previsível que quase a metade das residências não realizem nenhum tratamento adicional na água que bebem. Mesmo assim, quase toda a outra metade afirma filtrar sua água, e, desses, uma boa parcela usa cloro para completar a desinfecção. Em Itambi, a área economicamente mais favorecida, que recebe água tratada da CEDAE, filtra-a em quase a metade de seus domicílios, mas na área conhecida como Linha do trem, que capta água clandestinamente, apenas uma de cada cinco famílias tem o hábito da filtragem, e uma residência em cada três, exatos 33,7%, usam a água barrenta, captada em condições precárias, sem qualquer tratamento adicional. Em Mauá, os moradores da área do Jockey apresentam resultados dignos de registro. São um dos segmentos mais desfavorecidos economicamente de todos os pesquisados; vivem em condições habitacionais e sanitárias muito precárias, mas, ainda assim, mais da metade de suas famílias consome a água que retiram de seus poços sem qualquer tratamento adicional. Para se ter uma noção da qualidade dessa água, em grande parte recolhida em um ambiente de manguezal degradado, uma em cada seis famílias declara comprar água mineral, uma despesa que ali passa a ser de primeira necessidade. Em suma, a situação de abastecimento e consumo de água em Itambi e Mauá penaliza gravemente essas populações, em especial as de menor poder aquisitivo.

Tabela 19 - Destino do esgoto doméstico - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		A rede pública	Uma fossa séptica	Um sumidouro	O solo	Total
Itambi	Base	14	112	77	164	367
	%	3,8	30,5	21,0	44,7	100
B. de Iriri	Base	2	83	82	54	221
	%	,9	37,6	37,1	24,4	100
Mauá	Base	2	294	166	127	589
	%	,3	49,9	28,2	21,6	100

Na compreensão dos resultados de esgotamento sanitário, vale destacar o alto índice de instalação de fossas sépticas em Mauá. Barão de Iriri segue apresentando bons resultados, enquanto Itambi revela largas discrepâncias entre duas áreas com perfis socioeconômicos muito diferenciados: as fossas sépticas estão instaladas em mais de 40% das casas de Vila Nova de Itambi (ocupação mais antiga, com padrão construtivo melhor), e em menos de 5% nas residências precária da Linha do trem, que lança quase 87% de seu esgoto diretamente no solo. A tabela seguinte, sobre destinação do lixo, expõe a permanência do secular hábito da queima do lixo, mesmo em áreas quase totalmente atendidas pelo serviço público de coleta. A disseminada prática da queima do lixo pode estar relacionada com a altíssima incidência de mosquitos, destacados como o maior problema domiciliar, conforme a tabela a seguir, que relaciona eventuais fatores domésticos de comprometimento à saúde. O problema foi registrado pela quase totalidade dos moradores de todas as comunidades. Associar esse dado com as sucessivas ondas epidêmicas de dengue que se alastram regularmente pelo Rio de Janeiro, com características cada vez mais letais, evidencia o grau de vulnerabilidade dessas populações. Outro grande perigo são os ratos, registrados em todas as comunidades. A poeira também incomoda pela má conservação das vias de terra, especialmente em Mauá, cuja população aponta também o calor como grande fator de incômodo.

Tabela 20 - Problemas domiciliares - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Base	%	Base	%
Itambi	Muita poeira	114	30,7	371	100
	Umidade/mofo	27	7,3	371	100
	Muito calor	71	19,1	371	100
	Muito ruído	9	2,4	371	100
	Muito mosquito	356	96,0	371	100
	Ratos	112	30,2	371	100
Barão de Iriri	Outro problema	18	4,9	370	100
	Muita poeira	67	28,6	234	100
	Umidade/mofo	41	17,5	234	100
	Muito calor	42	17,9	234	100
	Muito ruído	2	,9	234	100
	Muito mosquito	208	88,9	234	100
Mauá	Ratos	37	15,8	234	100
	Outro problema	9	3,8	234	100
	Muita poeira	356	59,8	595	100
	Umidade/mofo	49	8,2	595	100
	Muito calor	265	44,5	595	100
	Muito ruído	15	2,5	595	100
	Muito mosquito	436	73,3	595	100
	Ratos	73	12,3	595	100
	Outro problema	27	4,5	595	100

g. Doenças infecciosas e parasitárias

A incidência dessas doenças está relacionada às condições de acesso e tratamento de água e à informação sobre como evitá-las. Como vimos acima, essa é uma das questões mais problemáticas para as populações pesquisadas, e os resultados se evidenciam abaixo:

Tabela 21 - Doenças relacionadas à água - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

		Base	%	Base	%
Itambi	Diarréia	51	13,7	371	100
	Dor de barriga	52	14,0	371	100
	Verminose	12	3,2	371	100
	Hepatite	8	2,2	371	100
	Leptospirose	1	,3	371	100
Barão de Iriri	Diarréia	17	7,2	236	100
	Dor de barriga	31	13,1	236	100
	Verminose	6	2,5	236	100
	Hepatite	3	1,3	236	100
	Leptospirose	---	---	236	100
Mauá	Diarréia	134	22,5	595	100
	Dor de barriga	128	21,5	596	100
	Verminose	82	13,8	596	100
	Hepatite	4	,7	596	100
	Leptospirose	---	---	596	100

Os resultados relativamente bons de Barão de Iriri, em especial se comparados com os demais, atestam a boa qualidade da água local. Ao contrário, Mauá registra altos índices de diarreias, dor de barriga e verminoses, diretamente relacionados ao abastecimento e aos procedimentos de tratamento de água. Essas populações estão nitidamente sob sério risco, felizmente ainda não refletido nos índices de hepatite e leptospirose. Significativamente, mais da metade dos entrevistados de Mauá apontou, espontaneamente, o abastecimento de água ou o saneamento básico como os problemas mais graves de sua comunidade. A ocorrência de hepatite em todas as comunidades, ainda que em percentuais relativamente baixos, pode estar relacionada às difíceis condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas também pode ser um reflexo da própria poluição da Baía de Guanabara, com a qual todos esses moradores se relacionam, em maior ou menor grau.

7 RESULTADOS ALCANÇADOS

Diante dessa gama deliberadamente extensa de indicadores, é necessário um instrumento que permita uma visão mais sintética das diferenças e similitudes percebidas entre as comunidades, dando maior nitidez à análise comparativa realizada. Para isso, vamos permanecer utilizando a linguagem numérica, mas que esta opção não seja interpretada como uma pretensão de alcançar um resultado exato, inquestionável. Muito pelo contrário: os números que se seguirão estão, assumidamente, plenos de subjetividade. Seria mesmo interessante que os resultados apurados neste exercício fossem submetidos a um amplo debate, especialmente junto aos moradores das comunidades focalizadas. Este já seria um produto que justificaria esse esforço: promover a discussão de critérios para a análise da realidade imediata e apoiar o protagonismo local no diagnóstico de seus desafios e potencialidades, e na conseqüente tomada de decisões. Mais do que falar em capital social, percebê-lo e discutí-lo concretamente. Para cada indicador analisado, vamos então distribuir entre as três comunidades um total de seis pontos. Isto significa que, caso elas tenham alcançado em um dado indicador um resultado equivalente, cada uma receberá dois pontos. Eventuais diferenças nos resultados farão migrar uma parcela desses pontos para aquela(s) comunidade(s) que mais se destacar(em), mantendo-se sempre a soma total de seis pontos. A manutenção desse sistema fechado enfatiza o caráter comparativo desse referencial – os resultados obtidos não devem ser compreendidos como absolutos, ou definitivos, mas, ao inverso, como um registro circunscrito apenas às relações de comparação entre as comunidades. Além disso, é um resultado datado, reflexo das circunstâncias presentes no momento da consulta e, portanto, sujeito a oscilações posteriores.

É importante que essa proposta metodológica não conduza a uma conclusão equivocada de que o capital social é um produto finito, do tipo – “para eu ter mais, você

precisa ter menos”. Isso viria contrariar o conceito de que o capital social se baseia em recursos morais que, quanto mais são usados, mais proliferam, o que não se pretende afirmar, absolutamente. Da mesma forma, concluir que os resultados alcançados por três comunidades em um dado indicador se equivalem, não implica situar esse resultado em um contexto mais geral, além do campo de relações existentes entre elas. Não podemos, nessa altura, buscar uma escala universal, um parâmetro definitivo. A tentativa de exercitar um modelo comparativo já é risco suficiente.

A escala numérica vai de zero a seis, com frações mínimas de 0,25. São linearmente comparáveis (3 é duas vezes mais do que 1,5). Um primeiro exercício nesse modelo usou uma escala de zero a três, mas nesse caso as diferenças observadas ganhavam, numericamente, uma dimensão maior do que a pretendida. Uma comunidade que ficasse, em algum aspecto, pouco abaixo de outras duas, equivalentes entre si, perderia para cada uma pelo menos 0,25. Isso a deixaria automaticamente com a metade do patamar inicial de equivalência, de 1 ponto. Na escala agora proposta, essas diferenças tornam-se mais sutis. Em uma escala ainda maior, a visibilidade do efeito comparativo poderia se diluir. Ao final, os placares parciais de cada indicador são somados, assim como no caso de sub-itens de um mesmo indicador, e as médias apuradas compõem um resultado final para cada campo: comunidade cívica e qualidade de vida, que serão então comparados e interpretados. Não se deve perder de vista de vista que a linguagem é numérica, mas o cálculo é assumidamente subjetivo.

7.1 Resultados alcançados: indicadores de comunidade cívica

a. Vibração da vida associativa

a.1. Associações e grupos secundários:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
0,5	3,5	2,0

a.2. Frequência de mutirões entre vizinhos:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
3,0	2,0	1,0

a.3. Outros eventuais favores trocados entre vizinhos:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,5	2,5	1,0

a.4. Modalidades de participação comunitária:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,0	3,5	1,5

a.5. Possíveis razões para a não participação:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	3,0	1,0

a.6. Atividades praticadas no tempo livre:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,0	2,0

Tabela 22 - Vibração da vida associativa - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Itambi	Barão de Iriri	Mauá
a.1 Associações e grupos secundários	0,5	3,5	2,0
a.2 Frequência de mutirões	3,0	2,0	1,0
a.3 Outros favores trocados	2,5	2,5	1,0
a.4 Participação comunitária	1,0	3,5	1,5
a.5 Possíveis razões p/ não participação	2,0	3,0	1,0
a.6 Atividades praticadas no tempo livre	2,0	2,0	2,0
Total (média aproximada)	1,75	2,75	1,5

a. Vibração da vida associativa - Resultado final:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,75	2,75	1,5

b. Comunicação:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,5	1,5

c. Habilidades cívicas:

c.1. Perfil da escolaridade:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,0	4,0	1,0

c.2. Promoção de eventos:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
0,5	4,0	1,5

Tabela 23 - Habilidades cívicas - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Itambi	Barão de Iriri	Mauá
c.1 Perfil da escolaridade	1,0	4,0	1,0
c.2 Promoção de eventos	0,5	4,0	1,5
Total (média aproximada)	0,75	4,0	1,25

c. Habilidades cívicas- Resultado final:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
0,75	4,0	1,25

d. Vínculo

d.1. Tempo de residência e Tipo de propriedade:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,0	2,0

d.2. Percepção dos entrevistados quanto à sua qualidade de vida:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,5	3,0	1,5

d.3. Percepção dos entrevistados quanto ao futuro de suas comunidades:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,5	2,0	2,5

d.4. Participação na melhoria da situação do lixo:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,5	2,5	2,0

d.5. Auto-avaliação do grau de informação:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,5	1,5

Tabela 24 - Vínculo morador - comunidade - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Itambi	Barão de Iriri	Mauá
d.1 Tempo de residência + propriedade	2,0	2,0	2,0
d.2 Percepção - Qualidade de vida	1,5	3,0	1,5
d.3 Percepção quanto ao futuro	1,5	2,0	2,5
d.4 Participação na melhoria do lixo	1,5	2,5	2,0
d.5 Auto-avaliação da informação	2,0	2,5	1,5
Total (média aproximada)	1,5	2,5	2,0

d. Vínculo morador - comunidade - Resultado final:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,5	2,5	2,0

e. Agilidade:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,0	3,5	1,5

f. Participação eleitoral local:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
0	5,0	1,0

Tabela 25 - Indicadores de comunidade cívica - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Itambi	Barão de Iriri	Mauá
a. Vibração da vida associativa	1,75	2,75	1,5
b. Comunicação	2,0	2,5	1,5
c. Habilidades cívicas	0,75	4,0	1,25
d. Vínculo	1,5	2,5	2,0
e. Agilidade	1,0	3,5	1,5
f. Participação eleitoral local	0	5,0	1,0
Total	7,25	20,5	8,25
Total (média aproximada)	1,25	3,5	1,25

Indicadores de Comunidade Cívica - Resultado Final:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,25	3,5	1,25

7.2 Resultados alcançados: indicadores de qualidade de vida

a. Patrimônio público:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,0	2,0

b. Serviços públicos:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
3,0	1,5	1,5

c. Renda familiar:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,5	3,5	1,0

d. Emprego:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,0	2,0

e. Escolaridade:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,0	4,0	1,0

f. Moradia:

f.1. Situação do abastecimento de água nos domicílios:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
4,0	1,5	0,5

f.2. Tipo de tratamento recebido pela água:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,5	2,5	1,0

f.3. Destino do esgoto doméstico:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
1,0	2,5	2,5

f.4. Condições de uso de banheiros/ acesso a energia elétrica

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,0	2,0

f.5. Problemas domiciliares:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,5	1,5

Tabela 26 - Moradia- Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Itambi	B. de Iriri	Mauá
f.1 Abastecimento de água	4,0	1,5	0,5
f.2 Tratamento recebido pela água	2,5	2,5	1,0
f.3 Destino do esgoto doméstico	1,0	2,5	2,5
f.4 Uso de banheiros/energia elétrica	2,0	2,0	2,0
f.5 Problemas domiciliares	2,0	2,5	1,5
Total	11,5	11,0	7,5
Total (média aproximada)	2,25	2,25	1,5

f. Moradia - Resultado final:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,25	2,25	1,5

g. Sintomas ou doenças relacionadas à água:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	3,0	1,0

Tabela 27 - Indicadores de qualidade de vida - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Itambi	Barão de Iriri	Mauá
a. Patrimônio público	2,0	2,0	2,0
b. Serviços públicos	3,0	1,5	1,5
c. Renda familiar	1,5	3,5	1,0
d. Emprego	2,0	2,0	2,0
e. Escolaridade	1,0	4,0	1,0
f. Moradia	2,25	2,25	1,5
g. Sintomas/ doenças relacionadas à água	2,0	3,0	1,0
Total	13,75	18,25	10,0
Total (média aproximada)	2,0	2,5	1,5

Indicadores de qualidade de vida – Resultado final:

Itambi	Barão de Iriri	Mauá
2,0	2,5	1,5

Antes de confrontar as sínteses condensadas nesses indicadores com aquelas de comunidade cívica que lhes correspondem, nos será útil reconstituir, agora pela perspectiva de cada comunidade enfocada, os aspectos em que cada uma se destaca, positiva ou negativamente.

7.3 Resultados alcançados: inventário dos pontos fortes e fracos de cada comunidade

a. Itambi - Pontos fortes e pontos fracos:

Tradição na prática do trabalho coletivo. No entanto, atualmente, não existe uma associação de moradores que mobilize este recurso.

Intensa troca de favores entre vizinhos. Ao mesmo tempo, há as manifestações de *familismo amoral* dos que não participam das questões comunitárias: "cuidar de mim e minha família, antes do resto."

Iniciativas individuais bem sucedidas geraram o programa municipal de atendimento aos pescadores e catadores de caranguejo, durante o período do "defeso", e a coleta de lixo regular na localidade da Bacía.

Reunido a partir do trabalho da Associação Projeto Roda Viva, o grupo de agentes de mobilização comunitária tem um grande potencial de contribuição, algumas vezes diluído pelas desavenças internas.

A comunidade tem moradores antigos, vinculados fortemente ao local, mas apresenta grandes disparidades entre as micro-áreas focalizadas.

A comunidade não tem sido coletivamente ágil na busca de suas demandas.

b. Barão de Iriri – Pontos fortes e pontos fracos:

Participação local favorecida pela atuação das associações de moradores, pela Pastoral Católica e pelo grupo Preservação. Apenas recentemente as associações conseguiram atuar de forma mais coordenada, superando um latente antagonismo entre as micro-áreas.

Características dos moradores: são antigos, bem informados sobre as questões locais, têm bons níveis de renda e escolaridade e gostam de onde vivem; são solidários e têm predisposição para atuar coletivamente, em mutirões ou na melhoria da situação do lixo, por exemplo. Têm problemas com o transporte, a manutenção das vias de terra, o precário atendimento do posto médico local e com os mosquitos, a poeira, o calor e a umidade.

A escola atende satisfatoriamente o ensino fundamental, mas não existem creches, e os alunos do ensino médio necessitam ir até Magé. A coleta de lixo foi bem avaliada, mas a ausência do fornecimento de água induz ao uso de poços coletivos. O esgotamento sanitário é problemático.

c. Mauá – Pontos fortes e pontos fracos:

Tem uma associação de moradores na área de atuação do projeto de mobilização comunitária da Associação Projeto Roda Viva e outras instituições comunitárias mais distantes, mas pouca participação local e fraca agilidade coletiva.

É a única comunidade que conta com uma rádio comunitária, mas os seus moradores foram os que se declararam mais desinformados das questões locais.

Tem muitos grupos musicais e religiosos, mas pouca inclinação para a ação coletiva ou para a solidariedade mútua. Setenta por cento dos moradores que não participam de nenhuma instituição local concordam com a postura de cuidar primeiro de si e sua família, antes do resto.

São muitos os moradores antigos, com baixos níveis de escolaridade e renda. São também muitos os que se predispõem a participar, desde que convidados. Existe um grande otimismo com relação ao futuro, mas que corre o risco de ser frustrado, diante dos baixos níveis de participação. A falta de saneamento básico é o maior problema, mas os mosquitos, a poeira, o calor e as doenças transmitidas pela água também incomodam.

Temos, agora, melhores condições de visualizar os indicadores que sintetizam os dois campos de convergência das nossas atenções durante este trabalho: a comunidade cívica e a qualidade de vida.

Tabela 28 - Comunidade cívica e qualidade de vida - Itambi, Mauá e B. de Iriri - 2002

	Comunidade cívica	Qualidade de vida
Itambi	1,25	2,00
Barão de Iriri	3,50	2,50
Mauá	1,25	1,50
Total	6,00	6,00

Seria inexato apenas dizer, por exemplo, que Mauá tem grau 1,25 de comunidade cívica e 1,50 de qualidade de vida. Explicitando o caráter comparativo e datado desses indicadores, precisamos informar, mais precisamente, que Mauá tem esses resultados *em escala de zero a seis pontos, distribuídos entre Mauá, Itambi e Barão de Iriri, através de pesquisa comparativa realizada em 2002.*

Os resultados expostos talvez frustem os que aguardavam uma correlação mais imediata entre comunidade cívica e qualidade de vida, ou em outros termos, entre capital social e os seus produtos. Observando a tabela, fica a questão: por que Barão de Iriri registra um índice de qualidade de vida talvez menor do que sua vibrante comunidade cívica poderia nos fazer supor? Ou, colocando a mesma questão pela ótica das outras duas localidades: é possível uma comunidade exibir padrões de qualidade de vida acima do que parece ser a sua própria capacidade de conquistá-los?

Para atenuar esse desconforto, voltemos a Putnam, que ensina: "... a última lição dessa pesquisa é que *a história institucional costuma evoluir lentamente.* No que se refere ao fortalecimento das instituições, o tempo é medido em décadas" (PUTNAM, 1996a, p. 193). Muito provavelmente, o tempo é o principal fator de explicação para o descompasso percebido entre os índices de capital social e qualidade de vida, não apenas em Barão de Iriri, mas nas três comunidades. A pesquisa quantitativa expõe nitidamente as características de cada comunidade, e até algumas minúcias, apenas perceptíveis se, aos números, for agregado o conhecimento empírico do objeto focalizado. Porém, esses números revelam somente o momento instantâneo em que os dados são coletados, como uma fotografia do cenário social. A menos que seja constituída uma série histórica desses dados, eles pouco poderão contribuir para a compreensão da dinâmica histórica da realidade social enquadrada. E não se deve subestimar as conexões entre o processo de acumulação de capital social e a história.

No caso de Barão de Iriri, existem pré-requisitos fundamentais para a acumulação de capital social, como os fortes vínculos de solidariedade e reciprocidade existentes entre os moradores, e deles com o próprio lugar, e um eficiente sistema informal de comunicação. Porém, apenas recentemente a atuação coletiva passou a ser melhor canalizada, pelo entrosamento construído entre as associações de moradores. Essa atuação institucional articulada, se mantida, será certamente o veículo da agilidade necessária à conquista de um patrimônio público que, hoje, está bem aquém das demandas da população. Daí explica-se por que a comunidade cívica registrada no instantâneo da pesquisa, resultante do estoque acumulado de capital social e da vibração emprestada pela atuação recente das associações de moradores, não tenha tido ainda tempo hábil para gerar os seus melhores frutos, em termos de qualidade de vida.

Em Itambi e Mauá, principalmente nesta última, a situação parece diametralmente oposta, com um capital social que demonstra estar se esgotando lentamente. Não se oferecem condições de manter um patrimônio acumulado no passado, cujas principais testemunhas são as ruínas da pioneira estação ferroviária, construída pelo Barão de Mauá,

e o outrora opulento Jockey, hoje semi-abandonado em um local degradado. O grande otimismo com relação ao futuro, a forte presença da atual gestão municipal e os núcleos resistentes de mobilização comunitária podem ser instrumentos na reversão dessa decadência. É verdade que fatores externos muito contribuíram para essa situação, como a poluição da Baía de Guanabara e mais especificamente, o vazamento de óleo ocorrido em janeiro de 2000. Mas também deve-se reconhecer que esses impulsos de superação terão como forte obstáculo a própria inércia e a desmobilização da população.

8 CONCLUSÕES

Durante o trabalho de campo, um jovem catador de caranguejos de Itambi ficou pensativo após ter sido entrevistado e fez um comentário que é uma brilhante explicação para algumas das nossas questões. Ele disse: "as suas perguntas me fizeram perceber que nós somos solidários uns com os outros, mas só na hora do sufoco. Não conseguimos dar o salto para poder nos ajudar melhor e por mais tempo, antes da emergência. E o nome disso é organização."

Como bem percebeu nosso entrevistado, a solidariedade é condição necessária, mas não suficiente para a constituição de capital social. Se fosse suficiente, a população nordestina e boa parte da população de muitas das favelas localizadas nas áreas metropolitanas da região sudeste, notoriamente solidárias, estariam usufruindo dos melhores níveis de qualidade de vida e governança, o que não é bem o caso. O mesmo ocorre com a vibração da vida associativa – Mauá tem muitos grupos de pagode, e grupos religiosos também, que não acumulam o capital social suficiente para suprir as necessidades comunitárias. Banfield alertou: não basta contabilizar os grupos comunitários, mas os efeitos produzidos por suas ações.

Talvez fosse prudente acionarmos outros sinais de alerta, ao transpor para nossa complexa realidade conceitos gerados em ambientes sociais muito distintos. Em culturas anglo-saxônicas, incipientes movimentos de integração comunitária podem ter como decorrência natural uma articulação institucionalizada, ou, em outras palavras, qualquer pretexto de aproximação entre vizinhos pode produzir uma fortíssima organização defensora de um direito qualquer. Nesses nossos ares, onde exala-se desde os tempos coloniais os odores das soluções extra-oficiais, dos arranjos "por fora" transitando com naturalidade na difusa fronteira que mais integra do que distingue os territórios da informalidade dos domínios da ilegalidade, pode muitas vezes soar como exótico o encaminhamento das demandas comunitárias pelas vias formais, institucionais, até mesmo porque historicamente essas estruturas têm correspondido pouco a esses anseios.

Em termos muito preliminares, especulatórios mesmo, talvez tenhamos dois tipos de vetores concorrendo para a eclosão de algumas dissociações percebidas entre os modelos teóricos e os resultados alcançados pela pesquisa realizada junto às populações

do entorno da Baía de Guanabara: o primeiro deles poderia ser identificado como lapso temporal, e o segundo como lapso institucional. O primeiro, já comentado ligeiramente, refere-se ao descompasso detectado entre o acúmulo de capital social de uma das comunidades com relação às demais e sua respectiva qualidade de vida, que não se destaca na mesma proporção. O fator tempo pode ser um importante vetor na compreensão desse fato: uma interpretação, compartilhada pelos moradores das comunidades pesquisadas, supõe que a “fotografia” momentaneamente revelada pelo trabalho de campo e os dados quantitativos levantados referem-se a uma ainda recente integração comunitária, que apesar de demonstrar um grande potencial de transformação da realidade imediata, ainda não teria tido tempo hábil para implementá-la. Vale frisar a idéia de potencialidade contida nessa interpretação, pois estamos diante de um processo aberto a outros vetores e condicionantes. Se parece evidente que um maior capital social pode contribuir para uma melhor qualidade de vida, esta pode não ser uma condição suficiente, e em outros casos sequer necessária, como aparenta acontecer em alguns condomínios de classe média alta, com opulenta qualidade de vida e mínimas manifestações de capital social, diante do individualismo predominante. O que nos leva à importante constatação de que, se o capital social é relevante vetor na catalização de melhorias sociais, está longe de ser um meio privilegiado na solução das nossas contradições sociais.

Uma outra intrigante dissociação capturada pela pesquisa, e que poderia ser o segundo eixo de reflexões que ainda estão por se produzir, em torno do que estamos chamando de lapso institucional, diz respeito à correlação que, segundo a teoria, deveria ser constatada entre os laços de solidariedade demonstrados pelos moradores e o respectivo capital social acumulado. Na prática, se de fato as comunidades com maior acúmulo de capital social revelam nítidos laços de solidariedade entre seus moradores, naquelas com pouco capital social nem sempre ocorrem correspondentes manifestações de falta de solidariedade, como bem percebeu nosso jovem catador de caranguejos de Itambi. Na Itália meridional pesquisada por Banfield nos anos 50, predominava a desconfiança, o individualismo e a falta de sistemas de reciprocidade entre os moradores. As comunidades brasileiras pesquisadas, ainda quando não demonstram inclinação para a atuação coletiva na defesa do bem comum, não têm como serem equiparadas com as desconfiadas e isolacionistas comunidades italianas do sul. São notórias as ações solidárias que fazem parte da rotina das comunidades de baixa renda no Brasil, em especial nas periferias das metrópoles e nas regiões mais carentes do país, como no sertão nordestino. São ações percebidas não apenas em situações de emergência, como enchentes e secas, mas também no duro cotidiano. A questão é: por que essa solidariedade, praticada muitas vezes larga e regularmente, nem sempre se materializa em capital social, não gera benefícios coletivos mais consistentes, perpetuando-se os cenários de miséria e degradação social? Em outras palavras, por que a solidariedade, instrumento de resposta à miséria reinante, não consegue meios para superá-la, seguindo conformada com o papel de mero paliativo?

Propomos levantar uma hipótese diante dessa questão, distinguindo os laços de solidariedade em duas instâncias: na primeira estaria a solidariedade que poderíamos chamar *imediate*: constituída por ações isoladas, de curto prazo e alcance, orientadas por relações de parentesco ou vizinhança, ou relações interpessoais mais gerais, como as ações de caridade promovidas pelas igrejas, de perfil verticalizado e assistencialista. Em uma segunda instância estaria a solidariedade que poderia ser denominada *mediata*: caracterizada por ações articuladas coletivamente, com perspectivas de maior sustentabilidade, mediadas por relações institucionalizadas, de perfil mais horizontalizado e emancipatório. O tipo de solidariedade majoritariamente constatado nas comunidades no entorno da Baía de Guanabara que demonstraram baixos índices de acumulação de capital social e, conseqüentemente, sérias lacunas em sua qualidade de vida, está, nitidamente, configurado na primeira descrição.

Evidentemente, na prática social esses padrões coexistem na maioria das vezes, e não necessariamente se colocam em escala ascendente, um servindo como pré-requisito do outro. Estamos nos referindo à postura predominante, mesmo que, em alguns casos, sejam percebidas mais de uma forma de manifestação de solidariedade, ou que estas se alternem. A instância dominada pela solidariedade *imediate* seria, de toda forma, uma condição intermediária entre o familismo amoral e a comunidade cívica, geradora de capital social. Um instigante desafio seria investigar a correspondência entre as diferentes maneiras de se manifestar a solidariedade e o respectivo acúmulo de capital social.

Os problemas daí decorrentes não são poucos: que condições contribuem para a predominância de um tipo específico de solidariedade ou para sua permanente alternância? Que relevância podem ter elementos como o processo histórico de cada comunidade, a existência ou não de vida associativa, a escolaridade, a composição de gênero e faixa etária, o vínculo dos moradores com seu local de moradia, suas condições de empregabilidade ou de classe social? Qual o papel do Estado nesse processo? Que outros atores seriam relevantes? Em torno desses eixos muitos projetos de pesquisas podem ainda se desenvolver. Diante disso, podemos colocar nossas últimas questões:

8.1 Será possível intervir no processo histórico de acumulação de capital social?

Uma comunidade constituída em sua maioria por pessoas generosas, inclinadas a apoiarem-se mutuamente, e que sintam-se bem ao se reunirem em seus momentos de lazer ou de oração, é bem mais preferível do que o inverso. Mas apenas isso não basta para a criação de capital social. É preciso um vetor que direcione a ação coletiva no sentido de objetivos deliberadamente pactuados, a partir de uma escala de prioridades negociada. E o nome disso é democracia. Nesse contexto, a solidariedade, as regras de reciprocidade, a confiança mútua e os sistemas de participação passam a ter grande relevância. Não se faz democracia à distância, nem por decreto. É preciso o recheio do calor humano. Mas, também, é necessária uma competência que promova a convergência das contribuições

individuais no sentido do benefício comum. Uma tecnologia societária, nos termos de René Dreifuss (1996). E tecnologia não se adquire por geração espontânea, mas por aprendizado.

Como se manifestam, a esse respeito, os moradores das comunidades destacadas nesse trabalho? Um recurso para acessar a opinião desses moradores é o relatório de uma pesquisa realizada junto a eles, visando produzir material informativo para a edição do primeiro número do boletim *Folha do Mangue*, editado pela Associação Roda Viva em seu projeto de mobilização comunitária. A pesquisa foi desenvolvida pela antropóloga Sandra Costa, até então não envolvida diretamente no projeto (COSTA, 2002). Em seu depoimento, o agente ambiental Cláudio Conceição, morador de Itambi, comenta as dificuldades no desenvolvimento de uma “tecnologia societária” que se torne adequada às características locais. Perguntado sobre a criação de uma associação de moradores que os representem, respondeu:

Olha, a gente está pretendendo, mas está difícil. O mais difícil é reunir as pessoas para fazer essa associação. Porque as pessoas são desenganadas, não acreditam, acham que é besteira. Então, estamos tentando. (...) A gente está tentando fazer para que amanhã, ou depois, as pessoas verem que não foi em vão o que a gente tentou fazer. Que a gente tem que tentar mostrar para eles que é possível conseguir. Em todo lugar tem. Então, por que é aqui que não vai ter? (COSTA, S., 2002, p. 34).

8.2 Será este processo sensível à ação de vetores externos que o possam catalizar, obstruir ou desvirtuar?

Cláudio Conceição aponta como forte obstáculo a desesperança de seus vizinhos, e a confiança é crucial nesse processo, mas também não deixa de revelar a própria dificuldade em seu desempenho como mobilizador comunitário, papel que assumiu para si, compartilhando-o com outros companheiros, mas que é inédito na vida de todos. Se a tecnologia societária é adquirida por aprendizagem, essa pode ser de duas formas: um processo autóctone, espontâneo, fruto dos avanços e retrocessos de um grupo isolado, ou um processo impactado por influências de variadas fontes e matizes, o que no mundo de hoje é praticamente inevitável. Talvez nem sempre essas influências sejam percebidas, mas não deixam de existir. O depoimento transcrito acima faz referência a outras realidades: em todo lugar tem, por que aqui não terá? E assim, uma comunidade vai se espelhando nos erros e acertos das outras. Nesse caso, os vetores externos são equivalentes, mas existem outros tipos. A inserção da Associação Roda Viva nessas comunidades é um exemplo. Podemos pinçar mais alguns depoimentos com relação a essa intervenção, registrados no processo de edição do boletim *Folha do Mangue*:



Andréia Sodré:

“Com o projeto nossa vida mudou. Mudou porque as pessoas se uniram e comunicam mais. Antes, éramos muito desunidos, era cada um no seu cada um”

Elizete Quirino:

“Para a gente montar alguma coisa, sozinho, é muito difícil. Se o Roda Viva sair da nossa comunidade, desanda tudo. Tendo alguma coisa montada, você tem força para brigar. Por uma praça, um espaço público, o que quer que seja. Sozinho é muito difícil”

Nilza Ribeiro:

“A grande mudança, você vê aqui, embaixo dessa árvore, que era uma grande lixeira. Tinha uma montanha de lixo aí, onde você está sentada. Havia vários ratos também, passando de um lado para outro. Agora, este lugar está limpo, e a gente usa ele para se reunir.”

Cláudio Conceição:

“O lixo era jogado em bolsas dentro do rio. Era fácil: só ensacar e jogar pela janela (a maioria das casas se concentra nas margens do rio). Depois das aulas sobre preservação ambiental é que reconhecemos o mal que fazíamos ao local de onde tiramos nosso sustento. Então conseguimos uma reunião com o prefeito, e apelamos para que conseguisse a entrada do caminhão de lixo em nossa comunidade. Aí, a limpeza começou.”

Amarildo:

“Educação, eu sempre tive. Mas eu era meio ignorante. Eu, hoje em dia, não trato as pessoas como tratava antes. Eu, na minha opinião, melhorei cem por cento. Até as pessoas que me encontram hoje em dia falam comigo: pô, você mudou. Você não era assim.” (COSTA, S. 2002, p. 28, 29 e 31)

Nesse caso, temos uma organização não-governamental servindo como instrumento de intervenção, mas há outras mediações: famílias, escolas, igrejas e demais associações secundárias. Acima de tudo há o primordial, mas não exclusivo papel protagonizado pelo Estado, como catalisador desses processos.

8.3 Existem correlações entre este processo e a qualidade de vida disponível aos moradores das comunidades em questão?

Essas correlações foram comentadas na confrontação dos indicadores sintéticos de comunidade cívica e qualidade de vida, mas naquele momento estivemos mais atentos às dissociações do que propriamente às correlações, que não deixam de ser evidentes. Mesmo que não se reflitam simetricamente, esses indicadores revelam alguma paridade

e apontam fortes tendências para o futuro, podendo servir como valioso instrumento, tanto no estabelecimento das ações prioritárias dos órgãos de representação comunitária, quanto no planejamento de políticas públicas.

Um exemplo: mesmo não alcançando o entusiasmo de Mauá, o grau de confiança dos moradores de Barão de Iriri com relação ao futuro está corroborado pelos resultados alcançados, mais até do que seus vizinhos. Porém, a falta de saneamento básico, fator que muito contribuiu na dissociação dos indicadores de comunidade cívica-qualidade de vida em Barão de Iriri é uma preocupação a ser enfrentada, tendo inclusive sido tema de um artigo da moradora Dulce Araújo, sob título "Saneamento – direito do cidadão", enviado à *Folha do Mangue* (COSTA, S. 2002, p. 19). A redação e envio de um artigo com este tema, por iniciativa própria de uma moradora, confirmam duas coisas: a gravidade da questão e o alto grau de comprometimento com as causas públicas, compartilhado pelos habitantes de Barão de Iriri. Mas o que talvez melhor consiga sintetizar o vínculo entre capital social e qualidade de vida, é o comentário de Lúcia Rosa em um dos encontros de mobilização comunitária promovidos pela Associação Projeto Roda Viva em Itambi:

O dia em que nós estivermos organizados para tirar o lixo das ruas, limpar os terrenos baldios, cuidar das fachadas das nossas casas, emboçando as paredes e plantando um jardim, até o preço do caranguejo sobe, porque os compradores passarão a nos respeitar mais.

A fala de Lúcia conecta capital social com a correspondente qualidade de vida, através de uma imagem com extraordinário poder didático. Mas, acima disso, sintetiza uma postura que se contrapõe à passividade, componente fundamental para a sustentação do tradicional sistema clientelista-hierárquico de relações de poder, e que tanto contribui para a desqualificação dos segmentos desfavorecidos desse nosso país. Lúcia chama seus vizinhos para assumirem o protagonismo de suas vidas, clama pela iniciativa desse grupo, pela ação propositiva, pela cidadania.

A voz de Lúcia é a voz da esperança.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A qualidade de vida no estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. *The civic culture – political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. Basic Books, 1984.
- BANFIELD, Edward C. *The moral basis of a backward society*. Chicago: The Free Press, 1958.

- BATES, Robert H. *Institutions as investments*. Cambridge: Development Discussion Paper No. 527, 1996.
- BERGER, Peter, NEUHAUS, Richard John. *To empower people*. 2. ed. AEI Press, 1996.
- BELLAH, Robert, MADSEN, Richard, SULLIVAN, William et al. *Habits of the heart – Individualism and commitment in american life*. Los Angeles: University of California Press, 1996.
- BREHM, John, RAHN, Wendy. *Individual-Level evidence for the causes and consequences of social capital*. In: *American Journal of Political Science*, v. 41, n. 3, 1997.
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. In: *American Journal of Sociology*. n. 94, 1998.
- COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.
- COSTA, Maria Alice Nunes. *Samba e solidariedade: capital social e parcerias coordenando as políticas sociais da Mangueira*, R. J. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, 2002.
- DE VRIES, Egbert. *Essays on reciprocity*. Paris: Mouton, 1968.
- DIONNE Jr., E. J. *Community works – The revival of civil society in america*. Washington: Brookings Institution Press, 1998.
- DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ETZIONI, Amitai. *Rights and the common good – The communitarian perspective*. New York: St. Martin's Press, 1995.
- FIGUEIREDO, André Luiz. *Cidadãos e favelados*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, 1999.
- FRANCIS, Paul. *Hard lessons – Primary schools, community, and social capital in Nigeria*. Washington, D. C: World Bank Technical Paper No. 420, 1998.
- FUKUYAMA, Francis. *Trust – The social virtues and the creation of prosperity*. New York: The Free Press, 1996.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. In: *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, 1985.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cartilha capital social e desempenho governamental*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001.
- HERZOG, Don. Some questions for republicans. In: *Political Theory*, v. 14, n. 3, p. 473 - 494, 1986.
- HIRSCH, H. N. The threnody of liberalism - Constitutional liberty and the renewal of community. In: *Political Theory*, v. 14, n. 3, 1986.
- HIRSCHMAN, Albert O. Against parsimony: three easy ways of complicating some categories of

- economic discourse. *American Economic Review*, 74, 1984.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Getting ahead collectively: grassroots experiences in Latin America*. New York: Pergamon Press Inc., 1984.
- HIRSCHMAN, Albert O. Having opinions: one of the elements of Well-Being? New York: *The American Economic Review*, v. 79, n. 2, 1989.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Shifting involvements: private interest and public action*. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations?* *Foreign Affairs*, 72, 1994.
- ISRAEL, Arturo. *Institutional development: incentives to performance*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- JACOBS, Jane *The death and life of great american cities*. New York: Random House, 1961.
- KRAMNICK, Isaac. Republican revisionism revisited. In: *The American Historical Review*, v. 87, n. 3, 1982.
- MARCH, James G., OLSEN, Johan P. *Rediscovering institutions – The organizational basis of politics*. New York: The Free Press, 1989.
- MONTGOMERY, John D. *Bureaucrats and people – grassroots participation in third world development*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1988.
- NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York, Cambridge University Press, 1990.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- OSTROM, Elinor et alii. *Community organization and the provision of police services*. Beverly Hills: Sage Publications, 1973.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade – Favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- PUTNAM, Robert D., The prosperous community: social capital and public life. In: *American Prospect*, 13 (Spring 1993).
- PUTNAM, Robert D., LEONARDI, Robert, NANETTI, Rafaella Y. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.a.
- PUTNAM, Robert D. Bowling alone: america's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6, 1995, p. 65-78.
- PUTNAM, Robert D. *The beliefs of politicians*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- PUTNAM, Robert D. The strange disappearance of civic america. In: *Ticking Time Bombs*. New York: The New Press, 1996.b, p. 263-286.
- PUTNAM, Robert D., LEONARDI, Robert, NANETTI, Rafaella Y. The management of regional

- policies: endogenous explanations of performance. In: *Subnational Politics in the 1980s*. New York: Praeger Publishers, 1987: 103 – 118.
- SELIGMAN, Adam B. *The problem of trust*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na américa*. São Paulo: Abril Cultural, série Os Pensadores, 1979.
- VERBA, Sidney, SCHLOZMAN, Kay Lehman, BRADY, Henry E. *Voice and equality – Civic voluntarism in american politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- WALZER, Michael. *Radical principles*. New York: Basic Books, 1980.
- ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Recebido para publicação em 25/11/03

Aceito para publicação em 19/12/03